

Revista dos Encontros Literários Moreira Campos



Departamento de Literatura da Universidade Federal do Ceará

Acervo do Escritor Cearense

<http://encontrosliterarios.ufc.br/>

MEMÓRIA LITERÁRIA E CULTURAL

Gilmar de Carvalho

O romance “Iracema”, de José de Alencar, publicado em 1865, tratado como o mito fundante do Ceará, tem uma importância fundamental para uma compreensão do que somos. O encontro da índia virgem, dos lábios de mel e cabelos cor das asas da graúna, com o colonizador português, vai gerar Moacir, o filho do sofrimento, e antecipa, e muito, a discussão sobre mestiçagem. Já foi exaustivamente discutido por vários autores, em múltiplas abordagens, e fica difícil acrescentar algo a um debate que passa pelo sincretismo, as metáforas do amor e da perda, do filho a sugar o seio murcho, como a gênese de uma gente.

Queremos chamar a atenção para outro aspecto que parece pouco explorado nas tentativas de definir o Ceará e os cearenses: o mito da rejeição.

O Siará Grande, imenso areal entre Pernambuco e o Maranhão, ficou à deriva pela recusa de seu donatário, Antonio Cardoso de Barros de vir colonizar as terras da capitania que ganhara da coroa.

Essa negação, explicada pela história, é fundamental, do ponto de vista simbólico, para a elaboração de uma história cultural do Ceará.

Ele pode ter tido todos os motivos para não vir, mas o mito da terra largada nos persegue.

Não veio porque isso não o interessava. E se não valia a pena, nós que estamos aqui vivemos num lugar que não vale a pena. A rejeição estaria na base de nossa baixa auto-estima que atinge a hipérbole quando tudo aqui é “o maior do Norte e Nordeste”, algumas vezes, do Brasil, outras da América Latina, e “o Jaguaribe é o maior rio seco do mundo”.

Rejeições deixam seqüelas. Trazemos essa inscrita desde nossa inscrição no contexto colonial. Bem como as sesmarias, distribuição de terras a perder de vista, para quem nela não trabalhava nem se

preocupava em torná-las produtiva. Esse ponto, crucial, vai estar presente em todos os desdobramentos da questão da terra, tema sempre presente, e inibe, à distância, uma reforma agrária que se faz cada vez mais urgente no Brasil. O Arquivo Público do Estado do Ceará disponibilizou, em dois cd's, no final de 2006, a documentação relativa à partilha de terras no “Novo Mundo”, por parte dos portugueses.

O legado indígena nunca foi bem avaliado entre nós. As datações falam em milhões de anos. A permanência das inscrições nas cavernas e o achado significativo de material lítico e cerâmico incluem o Ceará em um mapeamento pré-cabralino de grande importância.

Somente a atitude predatória portuguesa explicaria o porquê do abandono ao qual o Brasil ficou relegado durante tanto tempo, muito pela frustração de não termos metais à flor da terra, como na América espanhola.

Aliás, o mito das minas de prata, que deveriam estar escondidas sob a Serra de Maranguape, nas cercanias de Fortaleza, além de tratado ficcionalmente, levou a expedições e empreitadas, numa história de vaivém, entre portugueses e holandeses, pela prevalência da fundação da cidade, já que existe consenso quanto à chegada de Pero Coelho de Souza ao Ceará, em 1603.

A ausência de jornais e universidades no Brasil colônia, que os historiadores explicam em função do “atraso” dos povos encontrados aqui, traduz uma visão eurocêntrica que os estudos antropológicos trataram de desfazer ao longo do tempo.

Os primeiros donos da terra tinham sua cultura que implicava em um diálogo íntimo com a natureza. Toda uma mitologia ficou e foi dissolvida pelos relatos mágicos e apropriada pela literatura de cordel.

A ligação com as forças da natureza, além da explicação cosmogônica, irá dialogar com a idéia de sagrado dos contingentes africanos, que chegaram, séculos depois, escravizados, tratados como “mercadoria”, para substituir esses mesmos indígenas (que passaram séculos sem pleno exercício de seus direitos), difíceis de serem aprisionados, pelo domínio que tinham do território e, portanto, com maiores possibilidades de fuga.

As reduções jesuíticas tratavam de catequizar os indígenas e deixaram aldeamentos que deram origem a algumas vilas, depois elevadas à cidades: Parangaba (Arronches), Paupina (Messejana), Caucaia, Ibiapaba (Viçosa do Ceará), Monte-Mor (Baturité), sem deixar de falar de Aquiraz, que ganhou hospício, igreja e a condição de primeira capital. A antropóloga Isabelle Braz Peixoto da Silva estudou essas reduções e suas transformações em núcleos urbanos (“Vilas de Índios no Ceará Grande”, Campinas, Pontes, 2005).

A expulsão dos jesuítas, determinada pelo Marquês de Pombal, em 1759, antecipou em quarenta anos a emancipação do Ceará, até então dependente politicamente de Pernambuco, que sempre passou para nós a idéia da capitania que “deu certo”, em razão do sucesso da cana-de-açúcar. O “dar certo do outro”, do vizinho, pode ser compreendido como um reforço à tese da rejeição do donatário e reforçar a construção de uma auto-imagem, nem sempre favorável, que cai tanto na violência com que foram tratados conflitos

políticos, familiares e de terra, como na acidez de um humor que ganhou estatuto de espetáculo e de negócio mais recentemente.

As reduções jesuíticas trouxeram referências arquitetônicas no traçado dos aldeamentos e construções importantes, como a Matriz de Nossa Senhora da Assunção, da Vila Real de Viçosa, uma das edificações mais significativas da arquitetura cearense do século XVIII, restaurada neste início de século XXI.

Ao contrário do que pensa a maioria das pessoas, a Igreja de Almofala, em Itarema (que ficou mais de quarenta anos soterrada pelas dunas), não é jesuítica, tendo sido edificada pela Ordem de São Pedro, e inaugurada em 1709, constituindo-se em outra referência não só da ocupação do território cearense, como das marcas que soubemos incorporar à nossa cultura, como matriz de fé e de arquitetura.

Se o Padre Antonio Vieira proferiu um dos seus Sermões do púlpito da igreja de Viçosa, os painéis do teto (“Igreja Matriz de Viçosa do Ceará – Arquitetura e pintura de forro”, José Liberal de Castro, Fortaleza, IPHAN / UFC, 2001) entram como exemplo de uma pintura hermética, que tem raízes em cultos gnósticos e interessam, ainda hoje, a círculos de iniciados e eruditos europeus.

Não se pode, a rigor, falar da importância entre nós da “faber lignarius et sculptor” ou da arte da escultura e estatuária, como dividiam os jesuítas os ofícios, tendo como contraponto a “faber lignarius et scriniarius”, a arte do mobiliário. A superação do estigma imposto de cima para baixo levou ao surgimento de mestres santeiros, que foram da cópia do barroco (Mestres Zé Tavares, do Icó, e Bibi, de Canindé) à descarnatura de parte de nossa escultura religiosa de extração popular (Mestre Noza, de Juazeiro do Norte), passando pelo virtuosismo de Joviniano Feitosa (Crateús), pelo “brutalismo” das imagens esculpidas pelo penitente Joaquim Mulato (Barbalha), tendo na diversidade a tônica dessa manifestação de arte e de fé.

Nossos templos refletiam nossa pobreza e a ação pedagógica jesuítica se desenvolveu na introdução da renda de bilro, de que se tem notícia de um mostruário no acervo do Museu Ultramarino de Lisboa, e dos bordados para serviços litúrgicos, evidentemente, com a exigência de que os padres da Companhia de Jesus fossem intermediários para evitar um comércio desenfreado ou a perda de controle sobre a mão-de-obra indígena.

Parte da decantada habilidade cearense pode ter aí sua matriz, sem enganos e sem constrangimentos. Mais que um estereótipo, a habilidade seria uma estratégia de sobrevivência que se afirma diante das adversidades. É a astúcia (e não o logro) diante do risco. O improviso faz parte de nossa rotina e o elogio da agilidade, destreza e inventiva de nossa gente parecem redundantes diante das manifestações que reforçam essas marcas identitárias.

Já no campo da música, os relatos narram que “alguns o fazem com perfeição e com suave e doce melodia, ajustando as pancadas do tamboril ao som da flauta, bailando juntamente compassados, de modo que podem competir com os mais destros galegos e finos gaiteiros” (João Daniel na “Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”, II, p.346).

A descrição minuciosa nos leva a pensar nas bandas cabaçais, cujas raízes os estudiosos fazem remontar às tradições indígenas, sendo o aproveitamento da flauta de taboca ou de bambu uma adaptação à flauta de osso do deus Pã, tal como se dá com seu Alfredo Miranda, de Viçosa ou com os Irmãos Aniceto, do Crato, que reúnem melodia e performance, estilizando brigas e danças de animais sagrados dos índios, como onças, corujas, macacos e acauã, pássaro a quem se atribui o prenúncio de seca no sertão.

Falar do Ceará indígena é falar de violência e devastação. As pinturas rupestres sinalizam possíveis rotas de caça, trajetos de migrações, e, alguns estudiosos, aproximam estas inscrições dos grafites contemporâneos, pelo fato de terem sido feitos por jovens e pela resistência ao tempo dos enunciados que desafiam os pesquisadores.

A expulsão dos jesuítas abre a possibilidade da ação de missionários franciscanos que viajavam pelos sertões, pregando um catolicismo maniqueísta, e chegando ao cúmulo de queimar violas, como aconteceu na porta da igreja de Guaraciaba do Norte (então Campo Grande). Verberando contra o pecado, o inferno, as modas e a “dissolução” dos bons costumes, baseavam suas prédicas na “Missão Abreviada”, publicação eclesiástica, e davam munção para uma recodificação de suas prédicas e práticas, alimentando o catolicismo popular que ganhava mais combustível e elementos para a recriação que passava a ser feita.

Essas práticas tiveram seu apogeu com Padre José Antonio Pereira Ibiapina (1806 / 1883), cearense de Sobral, que largou carreira política, formado que era pela Faculdade de Direito do Recife, para se dedicar ao sacerdócio, retomando e concluindo seus estudos no Seminário de Olinda para receber o sacramento da Ordem.

Padre Ibiapina criou Casas de Caridade, para acolher órfãs, viúvas e mulheres abandonadas, embrião da ordem das beatas, teria estimulado a auto.-flagelação, como forma de purgação dos pecados do penitente e da Humanidade e introduziu um conjunto de benditos que ainda hoje são entoados pelos grupos que à noite entrem pelo mato adentro e se penitenciam diante de cruzeiros, capelas, cemitérios, atualizando uma prática medieval num contexto contemporâneo.

Essas pregações se intensificaram nos períodos das grandes estiagens e quando da epidemia de cólera que grassou pelo Cariri cearense nas últimas décadas do século XIX.

Podemos eleger algumas contribuições indígenas que perduram e, se não reforçam estereótipos, dizem de nossa condição: farinha de mandioca (manihot esculenta), rede de dormir, urucum, cerâmica e caju.

A chamada “farinha de pau”, em contraposição à farinha de trigo ou “do reino” européia, ainda hoje se incorpora à nossa dieta e está presente em um sem número de pratos, do pirão que acompanha a “peixada da água grande”, no litoral, à paçoca, carne desidratada ao sol e vento, frita, socada no pilão com cebola e farinha.

Interessante como os índios trabalharam essa planta nativa brasileira e conseguiram extrair o veneno (ácido cianídrico), transformando sua raiz num alimento que tem o “status” da mais importante cultura de subsistência tropical do mundo.

A goma, etapa da fabricação da farinha, é utilizada na tapioca que, contemporaneamente, tornou-se um novo “disco de pizza”, servindo como suporte a todas as variações possíveis, recorrendo a embutidos, queijos de outras procedências (que não o nosso “de coalho”), frutos do mar e recheios e coberturas de chocolate, mel, leite condensado, geléias e compotas. As “tapiocarias” são estabelecimentos recentes, que se adaptaram às novas exigências dos consumidores e se anteciparam aos lançamentos de novos sabores, tendo-se tornado atrações dos roteiros turísticos de Fortaleza.

Petas e sequilhos são também produtos feitos a partir da goma, sendo famosos os de Viçosa do Ceará (Dona Teresinha Mapurunga e “Seu” Alfredo Miranda), os de Ubatuba (Granja), e os de Campos Sales. Os grudes (bolos salgados, feitos a partir da goma e do leite de coco) ainda são assados em fornos de barro, como o de Dona Mundica, na praia de Icarai de Amontada, onde é inevitável que venham acompanhados por fragmentos de argila.

Farofas de vários tipos servem de guarnição a pratos da culinária cearense: umas molhadas e temperadas com cheiro verde; outras feitas com farinha a leite; cafofas; saias-velhas; farofas com ovos; bananas; com tripas; variações com o fubá de milho; até o chamado “grolô”, borra da goma que acompanha o peixe em algumas comunidades pesqueiras mais pobres.

A farinha entre como ingrediente, com o gengibre, para os “fartes”, pastéis da tradição árabe, que tinham vindo nas caravelas portuguesas, são citados na carta de Pero Vaz de Caminha, e ainda hoje são produzidos por dona Rita Cabral, na cidade de Sobral.

A “maniva” ou massa puba, da mandioca apodrecida na água é matéria-prima para a fabricação de papas, mingaus e de bolos como o “pe-de-moleque”, onde ganha o acompanhamento da rapadura derretida, do coco, e de especiarias como castanha de caju, erva-doce e gengibre, geralmente assados em folhas de bananeiras, como o feito por Nice Firmeza, no sítio de Mondubim, periferia de Fortaleza.

A macaxeira (aipim) é versão da mandioca onde o veneno é retirado apenas com o cozimento e se presta como base para muitas iguarias.

A rede de dormir, a velha “ini” da tradição indígena foi ganhando variações ao longo do tempo. Dos nimbós, novelos de algodão nativo que os indígenas teciam em seus teares manuais e que também servia como moeda de troca, passou pela rede de travessa tremembé (ainda hoje feita em Itarema e São Luís do Curu, com linha industrial ou com auréolas de peças de tecidos), pela rede de tucum (na verdade, do olho da palmeira da carnaúba, de que se tem notícia em quase todo o litoral cearense), pelo misto da fibra da carnaúba com retalhos de tecidos, feita em Granja, até as redes que aproveitam o brim sol-a-sol e aplicam mamucabas, punhos e varandas, chegando a acrescentar alguns bordados feitos à máquina ou à mão, em ponto-cruz. Os teares manuais estão no Mucambo, em Rafael Arruda (Sobral), e restam poucos em Jaguaruana, “a cidade das redes”.

Merece registro especial, por ser a síntese de duas tradições culturais, a rede de almofada feita por Dona Josefa Pereira de Araújo, em Potengi, que une o ponto no ar da herança portuguesa, ensinada nos

aldeamentos, com a malemolência dessa trama que nos acolhe e nos embala no sono, no cansaço e acompanha a muitos até a hora da morte e dos enterramentos no sertão. A almofada é da largura da rede e o papelão pinicado lembra um antigo programa de computador, sendo utilizados na confecção, mais de uma centena de bilros. Ela aprendeu com a mãe, Helena, que, por sua vez, foi iniciada por Dona Dolores, de Santana do Cariri e tratou de ensinar o ofício às filhas e aos netos, assegurando a continuidade de uma tradição.

O urucum, sempre usado como pintura ritual, passou para o tempero colorífico que vai da farofa à “macarronada cearense” (a massa quebrada, excessivamente cozida e refogada com coentro, cebolinha e colorau), dando uma pitada de cor à galinha caipira e até mesmo à “farofa amarela”.

O caju é outra referência forte na cultura indígena que nos foi legada. Azedo, ele é matéria prima para o mocororó, depois de esmigalhado, posto para fermentar em potes de barro. A cajuína segue outra vertente, feita a partir da decantação do suco de caju, translúcido depois de filtrado por resinas (hoje utilizam folhas de gelatina) que os índios encontravam nas árvores, e fervido em tachos durante horas, onde os cristais da fruta se caramelizam para dar o tom dourado a esta bebida natural que, mesmo industrializada, não perde o bouquet, quando fabricada durante a safra dos meses de outubro e novembro.

Os cajueiros estão representados como árvore e fruto sagrado, nas pinturas que os tremembé (Donas Maria Rosa e Navegante, por exemplo) fazem nas fachadas de suas casas na Varjota, em Almofala e outras áreas demarcadas, a partir de pigmentos de “toá”, argila vermelha, branca e marrom, que combinam para obter outras nuances.

A cerâmica vem das mais antigas civilizações e está presente nos quatro cantos do mundo como uma expressão plástica que modela a argila, geralmente com finalidades utilitárias. Os fornos de coivara (as peças recobertas por esterco ou madeiras às quais é ateado o fogo) foram sendo substituídos por outros, escavados, e recebem grelhas de ferro onde as peças são “cozidas” durante horas, num processo lento. Aqui, a pressa pode ser inimiga da perfeição e as pedrinhas que passam pelas peneiras e as bolhas de ar que ficam do processo são inimigas viscerais da integridade da fornada que pode trincar se esses cuidados não forem tomados.

Além das urnas mortuárias e de objetos como cachimbos e outras peças que foram catalogadas e fazem aparte de acervos significativos, como o do Museu do Ceará, chama a atenção a permanência da cerâmica em várias regiões cearenses: de Cascavel, litoral leste, a Ipu, no pé-da-serra da Ibiapaba; de Limoeiro do Norte, no Vale do Jaguaribe, ao Cariri; de Amontada, litoral oeste, às louceiras do Tope, em Viçosa do Ceará; sem esquecer o centro-sul (Iguatu, antiga Telha) e os Inhamuns, onde ainda existe queima na coivara em algumas localidades de Tauá.

O utilitário tem, na maioria dos casos, um acabamento irrepreensível, apesar da ausência de torno (ou por isso mesmo) e guarda as proporções de equilíbrio e harmonia clássicos. Algumas peças são arranhadas com sabugos de milho para não se tornarem escorregadias e serem usadas com maior conforto e

segurança. Outras têm furos nas tampas como forma de liberar o vapor. Cuscuzzeiras fabricadas em Várzea Alegre são perfeitas para o bolo de massa de arroz com amendoim triturado feito no Roçado de Dentro.

Fica difícil estabelecer uma dicotomia entre utilitário e estético desde que impossível tratar as duas categorias como incompatíveis ou indissociáveis. Melhor, talvez, falar de um utilitário estrito senso, como bonecas, vasos com recortes, os “temas”, cenas da vida cotidiana feitos pelos membros da família Cândido, em Juazeiro do Norte e as máscaras de Cícera Fonseca.

Os “temas” são cenas tridimensionais, montadas em bases planas, e depois de secas e queimadas, são pintadas com látex, em cores vibrantes, contando um pouco da história da cidade. Mostram folguedos, fazeres, festas, e não se constroem com as encomendas, de Iemanjás a releituras das mamelucas de Eckhout, da lenda de Iracema às homenagens ao Patativa do Assaré.

As máscaras remontam a antigas civilizações e dialogam com o aspecto ritual e sagrado do atelier / santuário de Francisco Brennand, no bairro da Várzea, no Recife.

Na contramão, o barro cru de Das Dores é fugaz na sua beleza epifânica, frágil e prestes a se quebrar a qualquer instante, sujeito à umidade que o compromete para sempre. Das Dores aprendeu com a mãe, a lendária Ciça do Barro Cru, uma das figuras mais interessantes do panteão artístico do Cariri cearense.

Voltando aos nossos ancestrais indígenas, eles deixaram de existir, por decreto, em 1861, o que reforça o caráter político da “Lenda do Ceará”, subtítulo de “Iracema”, publicado por Alencar, quatro anos depois. A idéia de “lenda” remete ao campo da oralidade, como algo ouvido e recriado. Aliás, ele também ouviu relatos de bois misteriosos, como o “Boi Espaço” e o “Rabicho da Geralda”, no terreiro da fazenda de sua família, em Messejana, quando criança.

Mais que uma forma de violência, a morte simbólica anunciada, permitia a pilhagem de suas terras, o que de fato aconteceu e repercute ainda hoje. As pesquisas acadêmicas desenvolvidas ultimamente sobre as etnias indígenas no Ceará são significativas de uma nova atitude e de um novo olhar em relação a esta questão, na contramão de estudos impressionistas, sem referências a fontes, bibliografias ou referências que marcaram uma produção intelectual menos rigorosa.

Os indígenas deixaram de existir, perderam suas terras e suas línguas. O que se poderia dizer disso tudo? Os próprios índios trataram de dar respostas, a partir de 1980, com a retomada de uma idéia de luta que passava pela valorização étnica, pela revalorização de antigas manifestações, com o torém, que ganhou a conotação de dança da resistência e de palavra de ordem performática.

Em 1979, uma equipe coordenada pelo cearense Aloysio de Alencar Pinto, fez uma série de registros fonográficos para a Funarte. Dentre esses registros, estava o torém de Almofala. O disco foi transformado em cd por iniciativa do Itaú Cultural, com apoio da Lei de Incentivo à Cultura, do MinC, nos anos 2000.

Fazem parte do registro “O pedido de licença”, “O veraniquatá”, “O vidju”, “Monteguape”, “Canungadjá”, “Sara mussara”, “Guirará tiju”, dentre outras peças que evidenciam uma permanência, ainda que esgarçada da língua indígena, o que se perdeu no torém de hoje, com influência de movimentos eclesiais de base, organizações não-governamentais, partidos políticos e ênfase no português.

Os índios de hoje desconcertam àqueles que os idealizam com cocares, flechas e tacapes, ao fazerem uso da sandália havaiana, do calção de grife e da camiseta do candidato a cargo político (proibida nas eleições de 2006).

Importante ressaltar que nos anos 80, quando o Brasil conquistara a anistia para os presos políticos, e se organizava para voltar à democracia, depois de vinte e um anos de ditadura, os índios estavam na luta.

O torém passou a ser um instrumento de guerra (“Torém, brincadeira dos índios velhos”, Gerson de Oliveira Jr., Annablume / Secult, 1998). A dança ritual estava esvaziada de uma língua ancestral, mas a “ciranda” cabocla significava mais que um folguedo.

Isso tudo levou até agora ao reconhecimento das etnias Tremembé, Pitaguary, Tapeba e Jenipapo-Canindé, e à reivindicação dos Potiguara e Calabaça, dentre outros. A demarcação de terras tem sido dificultada pela invasão das “elites brancas” e pelas querelas judiciais. Certo é que se verificou a emergência de novos atores na cena social e cultural cearense depois de mais um século de abafamento (“Ceará, Terra dos Índios, Terra da Luz”, organizado por Joceny Pinheiro de Deus, Procuradoria da República / Funai, 2004).

Merece destaque nessa abordagem a incorporação dos índios pelo maracatu cearense, que foi para as ruas como agremiação carnavalesca, em 1936, com o “Az de Ouro”, fundado por Raimundo Alves Feitosa, conhecido como “Boca Mole”, que teve loas gravadas, pelo musicólogo Luiz Heitor Corrêa de Azevedo, em meados dos anos 40, para a Biblioteca do Congresso Norte-Americano (cd “Music of Ceará and Minas Gerais”).

O cortejo processional negro, que coroava a rainha dos congos, em frente às igrejas de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, em Icó, Crato, e Fortaleza, ganhou, entre nós, a presença dos índios que engrossavam o cortejo, dando outra vez uma idéia de como a miscigenação era vista e resolvida por nós, antes das reflexões teóricas mais fundas de Gilberto Freyre e de outros intérpretes do Brasil.

Em Pernambuco e na Paraíba, os índios integram outro folguedo, os caboclinhos, aqui se deu essa síntese.

Outro aspecto estudado (“Umbanda - O Ceará em Transe”, Ismael Pordeus Jr., Fortaleza, Museu do Ceará, 2002), diz respeito à reetnização da umbanda. Várias entidades do panteão vêm da cultura indígena, como a Cabocla Jurema, o Caboclo Tapinaré, e, como não poderia deixar de faltar, a Cabocla Iracema, cujo ponto era assim cantado pela saudosa mãe-de-santo Neide Alencar (Exu, PE, 1941 / Fortaleza, CE, 2006):

“Quem canta seus males espanta / quem chora relembra uma dor / solta os cabelos entre as penas / sou eu a índia Iracema / sou eu a índia Iracema / nascida lá no Ceará”.

Embora o autor ressalte o “embranquecimento”, trazido pela umbanda, sistematização das camadas médias, feita a partir da década de 30 (do século XX), é importante ver como ela (umbanda) se torna presente entre os índios, com pajelanças, rituais de transe (jurema), estados alterados de consciência (por meio do mocororó, obtido através da fermentação do suco de caju azedo) e com muitos pajés assumindo papéis de xamãs e de pais e mães-de-santo.

Podemos ficar com outra rejeição: não existiam índios no Ceará, a partir de 1861, e a contribuição dos primeiros donos da terra se dá do ponto de vista da liberdade conquistada e da dificuldade de escravizá-los, o que levaria, junto com a intermitência das secas, ao ciclo do gado. Essa liberdade também pode se manifestar na irreverência cearense, historicamente comprovada, ainda que sob o risco de reforço de estereótipos.

O vaqueiro era um homem, até certo ponto, livre. As peculiaridades do ofício que exercia, campeando as boiadas, sertão afora, não permitiam que estivesse submetido a um controle rigoroso do seu ir e vir, por parte do senhor da fazenda.

Ele também fazia jus a uma pequena parte do que o gado procriava e assim ia acumulando alguns bens. Muitas cidades cearenses nasceram por conta do ciclo do gado e da importância que essas fazendas passaram a ter. Outras brotaram do trânsito que as boiadas faziam pelo território cearense, indo e vindo da Bahia ou de Pernambuco para o Piauí. Muitas de nossas estradas seguem este curso e, assim, grande parte do território do Ceará foi ocupado e colonizado.

È o Ceará encourado, com armaduras de sela a desafiar o espinho das caatingas e enfrentando o gado na mata cerrada, no tempo em que o animal era indomável e em que se celebravam as festas de apatação. Quando a vaquejada era uma brincadeira do final do dia, em que se apostava para ver quem chegava mais rápido num determinado ponto, longe do caráter espetacular que ganhou hoje em dia, transformado em certame, com moda, trilha sonora e patrocinadores dos festejados circuitos.

Tempo das marcas de ferrar, que ainda hoje identificam o dono da rês, e ornem as portas e janelas das oficinas dos ferreiros.

O couro passou a ser curtido com cinza de angico, em tanques de águas fétidas, até estar no ponto de ser modelado por artesãos que montavam sandálias “currulepes”, costuravam gibões e perneiras, bordavam embornais, ornamentavam chapéus, na construção dessa figura mítica, presente em todo o território brasileiro, com seu ímpeto, sua coragem e seus rígidos códigos de honra.

Hoje, o couro integra as coleções de moda mais antenadas, quando Espedito Seleiro, de Nova Olinda, executa peças para desfiles prestigiados de moda do sudeste, com uma qualidade de acabamento e uma delicadeza dos arremates que faz com que suas peças possam estar em qualquer mostra de design ou vitrina de boutique chique do mundo.

Com a “civilização do couro” vieram as oficinas de charqueadas, forma de aproveitar a abundância da carne, que não podia se estragar, e deveria ser transportada para os maiores centros consumidores. Aracati e Sobral, por exemplo, se formaram a partir da salga e curtição dessa carne, cuja tecnologia teria sido levada para o Rio Grande, na seca de 1877 / 1879, estabelecendo um pólo de charqueadas ou “carne do sul”, em Pelotas.

Tínhamos carne farta, sal, sol, vento, ficava fácil, e barato obter a carne-do-sol, ingrediente básico da paçoca cearense, resistente a longas viagens, sem risco de se tornar perecível. O antropólogo Ismael Pordeus Jr. estabelece um paralelo entre o areal cearense e a secura de uma comida que se baseia na farinha, como se houvesse uma sintonia entre natureza e cultura. Paralelo que passa por uma culinária baseada no aproveitamento, das vísceras que dão o sarrabulho e a panelada; no bucho, recheado de miúdos, prato capital de uma cozinha “típica”; na “fussura” de carneiro; nas frutas que não chegam a apodrecer porque se transformam em doces; no sangue do porco que vira chouriço; nas carnes que enchem tripas de carneiro e se transformam em linguiças; onde o importante é sobreviver e aproveitar (ou reaproveitar) tudo.

Com a pecuária veio o queijo de coalho, quando o leite atingia a condição de coalhada pela imersão de vísceras de bois (hoje substituídas por um produto chamado coalhina), passava pelos panos, era salgado, ia para a forma de onde era retirado dia seguinte para ser colocado para curtir na tábua. Tempo de queijos gordurosos, feitos de leite integral, quando a preocupação com o colesterol ainda não havia chegado ao sertão.

Os relatos de bois mandingueiros, que fazem parte de nosso imaginário, datariam, segundo estudiosos de 1792, com o “Rabicho da Geralda”: “boi de fama conhecido / nunca houve neste mundo / outro boi tão destemido”, cujas façanhas teriam tido como palco o sertão de Quixeramobim.

A história passou a ser estilizada sob a forma de dança dramática, como disse Mário de Andrade e tivemos uma eclosão do bumba-meu-boi em quase todo o país, com pequenas variantes que não interferem no núcleo narrativo: o boi morre e ressuscita no final, como alegoria da punição da transgressão da mulher grávida do vaqueiro, que desejou comer a carne do boi preferido do fazendeiro. Assim se cantam toadas, baixam emas, jaraguás, burrinhas, carneiros, e se faz a festa que vai do Natal a Dia de Reis, na maioria dos Estados, acontecendo em julho no Maranhão e no norte do país, com a superprodução do Boi de Parintins (AM).

Uma boa parte dos “Mestres da Cultura Tradicional Popular do Ceará” (programa desenvolvido pela Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, entre 2004 a 2006) vem destes folguedos. “Seu” Piauí, de Quixeramobim; “finado” Panteca, de Sobral; João Evangelista, de Granja; Chico de Limoeiro do Norte; e Zé Pio, de Fortaleza são “botadores” antigos de bois. Isso sem deixar de lado os bois de caretas (Gonçalo, de Barbalha), os reisados (Zé Matias, de Caririçu; Aldenir, do Crato), os congos (Doca Zacarias, de Milagres) e todo um Ceará que dança festejando o nascimento de um menino que irá morrer na próxima semana santa.

O ciclo do gado vai levar a um tipo de arquitetura de taipa, com varandas, casas despojadas,

sem mobílias, que traduzem um jeito de ser e de viver sem supérfluos, com um mínimo, resguardada a dignidade, e que se perfaz com baús recobertos de couro e tachas de metal, caixões para guardar farinha, silos para armazenar feijão, além dos oratórios e caritós que vão dar guarida e suporte às representações do sagrado.

Nesse contexto, a casa de farinha da tradição indígena vai ser uma engrenagem fundamental e, ainda hoje, sem as rodas de madeira, mas com pequenos motores que trituram a mandioca, mobilizam as comunidades que se reúnem no trabalho solidário, com muitas histórias para contar, cantos de trabalho, e a possibilidade do “beiju” que se come ao final da jornada, com todos em volta do forno ainda quente, acompanhado por um café que pode até ser de garrafa térmica.

Elas se espalham pelo Ceará inteiro e atestam sua importância econômica e cultural, mesmo quando parte da goma de melhor qualidade vem do Paraná, bem como a banana seca vem de Schröder, município de Santa Catarina.

A emancipação política do Ceará, em 1799, se situa nas vizinhanças de um fato histórico que põe a vida brasileira de ponta-cabeça: a chegada da Corte ao Rio de Janeiro, fugindo do expansionismo imperialista de Napoleão Bonaparte. A partir daí, levantou-se a interdição da publicação de jornais e ganhamos, em 1815, uma casa editora, a Impressão Régia.

Com “a abertura dos portos às nações amigas” (leia-se Inglaterra), a partir de 1809, o Ceará passou a ter, através da navegação, ligação direta com Londres, apesar de todos os percalços do embarque / desembarque de passageiros e das cargas.

O intercâmbio com a Inglaterra foi muito importante, mas não tanto como o estabelecido pela Casa “Boris Frères”, de judeus-franceses, aqui chegados em 1865, estabelecidos no campo da navegação marítima.

Essa família criou laços com o Brasil de tal forma que ainda hoje vivem no Ceará e nunca tiveram uma atitude predatória com a terra que escolheram para se fixar. Os negócios que desenvolviam atingiram uma tal magnitude que o povo chamava o mar de “açude dos Boris”. Foram empreendedores, tinham visão e investiram na prospecção e exploração de minérios, em fazendas, tendo dado abrigo ao beato José Lourenço, do episódio do “Caldeirão”, bombardeado pelas tropas do Exército, em 1936. O beato passou uma temporada no sítio “Serra Verde”, em Caririaçu, sul do Ceará, sob a proteção dos Boris, que também conheceram e eram admiradores do Padre Cícero, evidenciando a profundidade de suas raízes cearenses. A intolerância da Igreja Católica, neste período, fazia com que eles, outros judeus, e não católicos fossem enterrados fora dos muros do Cemitério São João Batista, o que perdeu o sentido com a expansão de nosso “campo santo”, derrubando grades e cercas e reintegrando-os ao nosso convívio.

Curioso como os Boris se preocuparam com a produção, foram abolicionistas e evitaram os salões, o que lhes retira qualquer veleidade de mecenas ou dos “heróis civilizadores” das teorias antropológicas, sendo eles próprios, hoje em dia, críticos contumazes dessa idéia de afrancesamento de

Fortaleza, com a qual não poderiam concordar.

No começo, o intercâmbio com a Europa traria a valorização do algodão, nossa única grande riqueza, espécie de ciclo, que deu um certo alento à nossa economia, especialmente durante a Guerra da Secessão norte-americana, quando o mercado europeu precisou se abastecer do algodão brasileiro e o nosso tinha uma porta de escoamento pelo improvisado porto de Fortaleza.

O algodão vai dominar todo o século XIX cearense, sendo as indústrias de fiação e tecelagem as primeiras a se instalar na província que vai ter seu apogeu no mais longo período sem estiagens que já houve, entre 1846 e 1876.

Parecia que nunca mais o Ceará sofreria o impacto das secas, quando um quarto da população da província morreu de fome e epidemias, entre 1877 e 1879. O drama se repetiu (como drama e não como farsa) na grande seca dos “três oitos” (1888 / 1889).

Nesse ínterim, houve promessas de vendas de brilhantes da coroa e a decisão de uma política de enfrentamento das secas que começou com a construção do açude do Cedro, em Quixadá, iniciando uma política de represamento de água como forma de combater as estiagens.

O século XIX vai ser também o das tentativas da implantação de novas culturas, como o trigo, a seringueira e o café, este mais bem-sucedido, principalmente, no Maciço de Baturité e na serra da Ibiapaba. A cana-de-açúcar ajudava a mover os engenhos de rapadura de Maranguape, Acarape, do Cariri e da Ibiapaba, onde alguns alambiques destilavam uma cachaça que ganhou destaque pela qualidade.

Os africanos vão se ocupar de atividades outras, que não a pecuária, e com o fim da importância do algodão, passaram a ser um ônus para os fazendeiros e uma “mercadoria” valiosa no mercado interno, principalmente depois das leis que coibiram o tráfico do exterior, implantaram a lei do ventre-livre e deram liberdade aos escravos idosos.

Foi quando Fortaleza assumiu de vez a condição de capital, destronando Aracati, com suas igrejas e seus sobrados azulejados, às margens do Rio Jaguaribe.

Como escreveu Auxiliadora Lemenhe (“As razões de uma cidade”, Fortaleza, OAS, 1994), tudo foi planejado para que a cidade criada em torno do forte se tornasse o centro hegemônico da província. Estradas foram abertas. O porto era uma realidade, ainda que precária. O gasômetro tornou possível a iluminação. O encanamento d’água era uma expectativa de conforto e higiene. A ferrovia ligaria a capital ao interior. E tudo se faria sob a chancela do capital inglês.

O aformoseamento veio com a abertura dos “boulevards” e criou-se um modelo de cidade a partir da Paris, remodelada pelo Barão Haussmann. Ao invés de falar em “Belle Époque”, talvez fosse melhor falar em melhoria do poder aquisitivo da população (por conta, principalmente, do acúmulo de riquezas advindo com o algodão) e, conseqüentemente, da qualidade de vida das camadas médias (e não da população como um todo).

A irreverência do povo levava à bizarrice, à galhofa, nunca nos levamos a sério e fica difícil imaginar um arremedo parisiense sobre o areal, como escreveu o viajante inglês Henri Koster, que esteve em Fortaleza em 1810.

Durante o século XIX, vivemos o embate entre liberais x conservadores e ganhamos nosso primeiro jornal, em 1824, por conta da Confederação do Equador.

O “Diário do Governo do Ceará” que, ironicamente, circulava duas vezes por semana, às quartas-feiras e aos sábados, era editado pelo Padre Inácio Gonçalo de Albuquerque e Melo, o Mororó, por conta da adoção de nomes nativos, prática fortalecida pelas sucessivas rebeliões do século XIX.

O Ceará, liderado pelos liberais (família Alencar) aderiu à Confederação e a bandeira republicana tremulou em Quixeramobim, Icó e Crato. Padre Mororó, Azevedo Bolão, Carapinima, Pessoa Anta e Francisco Ibiapina foram mortos junto ao forte, depois Passeio Público ou Praça dos Mártires.

Essas idéias vinham da Revolução de 1817, que fez a bandeira azul e branca tremular nas ruas do Crato, passaram pela Confederação do Equador, e ecoaram na Praieira, de 1840, sempre demonstrando a vocação libertária de Pernambuco que liderava esses movimentos contestatórios.

A criação do Lyceu do Ceará, em 1845, vai ser fundamental para o “processo civilizatório” cearense. A escola de excelência, que formou gerações de cearenses, foi responsável por muito do que aconteceu a seguir: do abolicionismo aos movimentos literários, da fermentação política à idéia de cidade que se procurava implantar. Anterior ao Seminário passou a disputar com ele a primazia da formação dos quadros intelectuais da província, num instante em que a informação era escassa e o saber administrado em doses homeopáticas.

O Lyceu, que tinha o Colégio Pedro II (Rio de Janeiro) como modelo, exibia um padrão de ensino que se baseava na cátedra, em concursos públicos rigorosos e na defesa de teses para a admissão no magistério desta escola oficial.

O caráter leigo do estabelecimento de ensino contribuiu para a difusão de novas idéias e para uma discussão mais ampla que se fortaleceu e foi, até o golpe de 1964, com mobilizações, greves, e “quebra-quebras” incomodando a polícia e a política local. De lá, saíram nomes representativos de nossa política, das artes e dos negócios.

Foi professor do Lyceu o pintor e desenhista alemão João (de acordo com o Barão de Studart) Brindseil, nomeado em 1858 (dispensado em 1869) o retratista oficial das elites durante um bom período e responsável pela introdução das artes decorativas no Palácio do Governo, na Fortaleza, das quais não restaram vestígios. Tem trabalhos no Museu Dom José, em Sobral, cumpriu temporada em Aracati, e trabalhou em conjunto com Niels Olsen, fotógrafo que deu início à popularização da fotografia entre nós. Outro professor de pintura foi o alemão Jannsen, aqui chegado em 1898, que permaneceu no Ceará até sua morte, em 1916.

Sem contar com uma mídia efetiva (além dos altíssimos índices de analfabetismo), as reuniões, confrarias e conspirações passavam a ser a válvula de escape dos insatisfeitos de sempre com a mesmice que tomava a política cearense com a alternância de liberais e conservadores no poder, com os mesmos métodos autoritários e as mesmas práticas clientelistas, sem diferenças de cunho ideológico que sugerissem uma oposição entre esses partidos, na verdade agrupamentos em defesa de interesses comuns.

Nesse ínterim, com a ligação com a Europa, tivemos a possibilidade de livros, mesmo contrabandeados e talvez tenha sido assim que o Setor de Obras Raras da Biblioteca Pública do Ceará conseguiu reunir uma expressiva coleção do “Correio Braziliense”, editado em Londres, por Hipólito José da Costa, que circulou de 1808 a 1822.

Durante o Segundo Reinado, tivemos jornais conservadores (“Pedro II”, 1840, que passou a se intitular “Brazil”, sob a égide republicana), e liberais (“O Cearense”, 1846) circulando entre nós. A cisão do Partido Liberal, em 1880, trouxe o jornal “Gazeta do Norte”, que, depois de 15 de novembro de 1889, rebatizado de “Estado do Ceará”, fundiu-se com o “Libertador”, passando a constituir “A República”. Chega a ser redundante chamar a atenção para o fato de que a luta abolicionista e a campanha republicana se confundiam e constituíam etapas de uma mesma luta pela modernização do país e pela construção de uma nova ordem.

Esses periódicos, assumidamente políticos, estavam longe dos ditames da Indústria Cultural que se baseia na sedução, na conquista de um maior número de leitores e na ambigüidade em relação às posições políticas. O que prevalecia era o tom eloqüente, a militância aguerrida e a defesa intransigente dos postulados programáticos das agremiações dos quais eram intérpretes e porta-vozes.

Os livros contribuíam para formar uma elite intelectual que vai ter papel de destaque nos movimentos políticos e literários no final do século XIX, como a emancipação dos escravos, obtida quatro anos antes do Brasil e a Padaria Espiritual (1892 / 1896) que antecipou, em trinta anos, muitos postulados da Semana de Arte Moderna de 1922.

Tínhamos o vaqueiro como o cavaleiro andante do sertão, espécie de Quixote, “antes de tudo um forte” do enunciado cientificista tão a gosto do século XIX, inclusive com sua versão feminina, a Luzia Homem, “donzela guerreira” (1903), protagonista do romance do sobralense Domingos Olímpio.

Podemos falar, então, na construção mítica do jangadeiro a partir de um catraieiro da Casa Boris, o Chico da Matilde, que ganhou o epíteto de Dragão do Mar, que disse uma frase que muita gente reproduz equivocadamente: “no porto de Fortaleza não se embarcam (e não se desembarcam) mais escravos”.

A figura lendária do jangadeiro se integra ao panteão cearense, ao nosso Olimpo, do qual faz parte Bárbara de Alencar, guerreira de duas conflagrações, mãe de heróis e defensores de um Brasil antes de existir Brasil.

O movimento de emancipação foi a primeira grande mobilização das camadas médias da

cidade, juntamente com umas elites esclarecidas. Desse contexto saíram Alencar, Capistrano de Abreu, Clóvis Beviláqua, Araripe Junior, Farias Brito, Alberto Nepomuceno, Adolfo Caminha, além dos que ficaram aqui e não ganharam projeção nacional.

A “Sociedade Cearense Libertadora” tinha, até certo ponto, caráter de entidade secreta. Depois, com as oficinas do “Libertador”, adquiridas na Inglaterra, em 1881, eles tiveram de sair dos bastidores e entrar na luta de cara lavada.

Uma idéia humanitária era reunir dinheiro e comprar escravos para alforriá-los. Mas, a partir daí, o que se queria mesmo era por um ponto final nessa história que contrariava os direitos humanos, em voga desde a Revolução Francesa, de 1789.

O elogio ao movimento abolicionista foi questionado por Yaco Fernandes, para quem havia muito exagero em torno de uma “farra”, reforçado pelo contingente pouco expressivo de escravos libertados, o que justificava o ímpeto libertador e as idéias humanitárias. Fernandes soa como uma voz dissonante ou como alguém que coloca algumas questões no lugar, ao propiciar, pelo lado do avesso, uma visão menos ufanista da festa que teve desfile de virgens simbolizando os municípios, retretas, falas emocionadas e todo o carnaval que sempre cercam as manifestações oficiais.

Tudo isso foi possível pela circulação das idéias “perigosas” trazidas pelos livros. A Academia Francesa estudava filósofos e dava aulas noturnas de alfabetização. O comércio era uma possibilidade de ascensão social, tal como nos conta Rodolfo Teófilo em “O Caixeiro” (3ª edição, Museu do Ceará, 2006). Alternativas eram o sacerdócio, sem controle mais rígido, a ponto de permitir a constituição de famílias por parte dos clérigos, e a opção militar, em voga depois da “vitória” na chamada “Guerra do Paraguai”, que deu a este grupo emergente na cena brasileira, poder de barganha, e ao Ceará heróis que ganharam estátuas de praças públicas, como Tibúrcio e Sampaio, vencedores de batalhas memoráveis, segundo a história oficial.

Idéias “perigosas”, que deviam ser combatidas com denodo, vinham com os missionários protestantes, arautos da igreja reformada, que tiveram em De Lacy Wardlow, da Igreja Presbiteriana, seu pioneiro no Ceará, a partir de setembro de 1881. As idéias dos “crentes” se interiorizaram, tiveram um primeiro momento de intensificação com o advento do pentecostalismo evangélico, com a Assembléia de Deus e vão ter um maior impulso com as chamadas igrejas eletrônicas, já na contemporaneidade, que têm na Igreja Universal do Reino de Deus sua referência.

As elites de Fortaleza consumiam do bom e do melhor. Uma leitura dos anúncios dos jornais cearenses do século XIX vai nos mostrar a circulação de vinhos (Porto, Bordeaux), queijos de procedência européia (do Reino), manteigas (Lepeletier), sardinhas e bacalhaus. As mulheres recorriam a modistas francesas, vestiam lã, usavam chapéus, luvas, xales e leques. Complicado, ideologicamente, se pensar em “Belle Époque” quando o que se tinha, na verdade, era uma caricatura e uma agressão aos humilhados e ofendidos de sempre. Os costumes e as modas importadas foram parodiados pelas composições de Ramos Cotôco, na virada do século, e pelas burletas de Carlos Câmara, nas primeiras décadas do século XX, em seu

teatro no Calçamento de Messejana.

Antes disso, nosso teatro (Taliense, São Luís) era “digestivo”. As pessoas iam exhibir roupas e jóias e serem vistas nos camarotes. Os espetáculos eram circenses ou com forte sotaque europeu. Quem andou por aqui foi Eugênia Câmara, musa de Castro Alves, que chegou a lançar uma plaqueta com seus poemas com o selo de uma casa editorial cearense.

A literatura esteve presente, desde 1813, quando o Presidente da Província Manoel Antonio Sampaio, criou os “oiteiros”, espécie de tertúlias ou saraus nos salões do Palácio do Governo, que Dolor Barreira chama de “balbucios de nossa produção literária”.

A vida literária ainda estava à mercê da Corte e foi de lá que Juvenal Galeno voltou, em 1856, trazendo a edição de seus “Prelúdios Poéticos”.

Quando a Comissão Científica chegou ao Ceará, em 1859, depois de se instalar e de estabelecer um roteiro de viagens, viajou para a Serra da Aratanha, Pacatuba, onde no sítio Boa Vista morava a família de Juvenal Galeno. Gonçalves Dias conversou com o jovem poeta que lhe mostrou uma edição de seus “Prelúdios”. O romântico maranhense teria dado a sugestão de cantar seu povo, sua gente, e sua terra, conforme escreveu Francisco Alves de Andrade, no prefácio da edição comemorativa do centenário da publicação (Casa de Juvenal Galeno, 1965). Tratava-se de uma reviravolta na carreira do bardo cearense.

Essa sugestão ecoou, no final dos anos 20 do século XX, na produção de um jovem poeta de extração popular, Antonio Gonçalves da Silva, o Patativa (depois do Assaré), cego de um olho aos quatro anos, violeiro desde os dezesseis, que visitou a Casa de Juvenal Galeno, à Rua General Sampaio, centro de Fortaleza, chegando do Pará, em 1929, portador de uma carta do jornalista José Carvalho para a poeta Henriqueta, filha de Juvenal.

Patativa chegou a ver Juvenal, nonagenário, deitado em uma rede branca, com barba alva e longa, vestindo camisolão também branco: “parecia uma visão”.

O conselho de Gonçalves Dias a Juvenal Galeno reverberou e Patativa fez uma poesia que atualizava o cantar de um povo, com o acompanhamento de uma viola ou a “palo seco”, se afirmando como das mais vigorosas vozes poéticas de todos os tempos.

A Comissão Científica movimentou a província. Um ponto de partida seria a seca, mas choveu naquele período. Ganhamos mais de cem aquarelas de Reis Carvalho, discípulo de Debret (parte no Museu Nacional, outras no Museu D. João VI, no Rio de Janeiro), e muito do que foi recolhido se perdeu no naufrágio do paquete “Palpite”, na costa de Camocim.

O Ceará foi mapeado por botânicos, naturalistas, fez-se folclore ao importar camelos, criou-se a expressão depreciativa de “Comissão das Borboletas” ou “Comissão Defloradora”, mas o espírito cientificista do século XIX ganhava a possibilidade de experimentar o que antes tinha sido feito apenas por viajantes estrangeiros (Spix e Martius, Langsdorff, Agassiz, dentre outros).

O Seminário da Prainha (Fortaleza), instalado em 1864, foi uma tentativa da Igreja Católica de formar quadros e domar o “catolicismo popular”, enquadrando-o nos moldes da chamada “romanização”. Era um lugar de formação das elites intelectuais ou dos que contavam com “padrinhos” poderosos, como Cícero Romão Batista (1844 / 1934), afilhado do Coronel Antonio Luís, do Icó, estabelecido no Crato, que se ordenou em 1870, foi para Juazeiro, em 1872, protagonizou um “milagre”, em 1889, e teve sua cidade invadida pelas tropas estaduais, em 1914, com o pretexto de que acoitava jagunços.

O Seminário esteve sob a direção dos padres lazaristas franceses e foi dirigido por Pierre Chevalier, que teria dito, quando dos “fatos extraordinários” de 1889, que “Deus não deixaria de se manifestar na Europa para fazê-lo no sertão do Ceará”.

A dificuldade que a igreja oficial teve de lidar com o Padre Cícero, considerado como “opiniâtre” por seus superiores, foi proporcional ao mal-estar que sua figura causava às elites de Fortaleza e do Crato, por exemplo, que nunca aceitaram o peso de sua liderança, carisma, e sua opção pelos pobres.

A construção da via férrea, a partir de 1870, tinha como propósito ligar a capital ao sul da província, cortando os sertões. O capital e a tecnologia seriam ingleses. O empreendimento custou a sair do papel. O interessante é pensar o impacto cultural deste caminho de ferro adentrando o sertão, mais, pelo menos aqui, que seu impacto econômico no transporte do algodão.

O trem traria a possibilidade da circulação das pessoas e das idéias, mudaria angulações, reforçaria ou anularia clichês, faria com que histórias fossem contadas, com que a fé fosse renovada e traria a possibilidade do Ceará conhecer o Ceará. Tornava obsoleto o lombo de burro, encurtava distâncias com o range-range de sua velha máquina a carvão resfolegando, serpenteando, avançando aos poucos.

Chegou a Arronches (hoje Parangaba), um ramal integrava Maranguape ao roteiro, e seguia na direção de Pacatuba, Quixadá, Quixeramobim (o centro geográfico do Ceará), Iguatu, até chegar a Juazeiro, em 1926. Serviu à Revolução de 1930. Viu muitas vezes o mandacaru secar e tudo se tornar verde quando das primeiras chuvas. Descarrilamentos. Vendedores ambulantes nas estações. Depois rumou para Camocim e chegou a Sobral. De Sobral partiu para Crateús e de lá foi para o Piauí. De Iguatu foi para a Paraíba e chegou a Pernambuco. Quem poderia prever que um dia toda essa rede seria desativada? No ramal Camocim / Sobral, os trilhos foram criminosamente arrancados.

Hoje, o trem leva gás de cozinha, combustível, e atesta a vitória do poder de pressão dos empresários do transporte rodoviário. Algumas estações se transformaram em centros culturais. Outras foram destruídas. O apito de um trem fantasma assusta nas noites escuras e ninguém sabe para onde vai ou de onde vem: “café-com-pão-bolacha-não”.

José de Alencar que havia saído do Ceará, ainda menino, acompanhando a família, numa longa viagem por terra pelos sertões, tinha um projeto de envergadura nacional, que passava pela política, pela literatura, pelo teatro, e pelo jornalismo e escreveu sobre índios, gaúchos, sertanejos, além dos romances ambientados na Corte. Elogiado por Machado de Assis, detratado por muitos, é apontado como o criador de

uma língua nacional e foi recuperado pelo esforço do lançamento das bases de uma ideologia da cultura brasileira, o que não deixava de ser interessante àquele e em outros tempos.

Franklin Távora, cearense que fez carreira literária em Pernambuco, escreveu, no prefácio de “O Cabeleira” (1876), que existia “uma literatura feita no norte e outra feita no sul”. É a primeira vez que se evidencia essa apartação cultural, com todas as letras.

O norte (que incluía o nordeste, definida como região muito depois) estava em franco declínio, do ponto de vista político e econômico, depois da mudança da capital da Bahia para o Rio de Janeiro, e da queda da importância da cana-de-açúcar como item das exportações brasileiras, substituída pelo café.

O pólo hegemônico estava no sudeste, com as decisões centralizadas na nova (desde 1808) capital e com a cafeicultura paulista preparando a província para a industrialização que traria a tão esperada modernidade.

Os abolicionistas eram tributários, até certo ponto, do condoreirismo de Castro Alves e só podiam existir em uma cidade com tensões, conflitos e possibilidade de discussões que quebravam a morrinha provinciana.

Nas páginas de o “Libertador” (1881 / 1892) se encontravam colaborações de Antonio Bezerra, Justiniano de Serpa, Antonio Martins (depois reunidas em “Três Liras”, 1883). Também pontificavam no jornal, Francisca Clotilde, Oliveira Paiva e outros nomes representativos da expressão literária (e política) cearense, como José Marrocos, Frederico Borges, Martinho Rodrigues, Almino Affonso, João Lopes, dentre muitos. Sua epígrafe (comum nos jornais desse tempo) era: “Ama a teu próximo como a ti mesmo”.

A abolição da escravatura em Fortaleza, nos salões da Assembléia Provincial (onde hoje funciona o Museu do Ceará), foi tema de uma tela de Irineu Pinheiro, intitulada “Fortaleza Liberta”, na verdade, um retrato pintado comemorativo da efeméride. As artes plásticas ainda não haviam chegado nem ao academicismo entre nós. Pinheiro dava aulas de pintura e fazia “portraits” para os de maior poder aquisitivo e a fotografia estava longe de se popularizar com os daguerreótipos acessíveis apenas aos muito ricos.

A festa da emancipação, a 25 de março de 1884, teve um concerto dirigido musicalmente por Alberto Nepomuceno, abolicionista de primeira hora, cumprindo temporada em Fortaleza com a família, enquanto aguardava uma bolsa do Império (que não ganhou, por conta de suas convicções republicanas), para viajar para a Europa, e envolveu-se, profundamente, com a causa humanitária.

A lista oficial de sua produção musical estabelece 1887 como o ano de sua estréia como compositor com uma “Mazurka”, para violoncelo e piano, estreada em Juiz de Fora (MG), a 27 de abril, mesmo ano em que compôs a “Berceuse” e o “Batuque – Dança de Negros”, cuja primeira audição teve lugar no Club Iracema, em Fortaleza, no ano seguinte.

A leitura do programa do concerto, nas páginas de o “Libertador” diz que Nepomuceno estreou

nesse dia duas de suas composições de juventude, que não constam do “Catálogo Geral”, organizado por seu neto Sérgio Alvim Correia.

Essa militância abolicionista de Nepomuceno pode mudar a cronologia de suas obras, compreender a importância de sua temporada européia e, ao mesmo tempo, de sua máxima: “Não tem pátria um povo que não canta em sua língua”.

Vão se juntando elementos que dizem da complexidade da vida intelectual cearense das últimas décadas do século XIX. O postulado romântico da volta às raízes não pode ser compreendido como anacrônico ou autoritário neste período, mas como uma afirmação identitária, por mais equivocada que possa ter sido.

Pensar na importância dos nomes saídos de uma cidade com menos de trinta mil habitantes, sem pompas, com todas as limitações de uma das mais pobres províncias brasileiras é, no mínimo, intrigante.

José Ramos Tinhorão em “A Província e o Naturalismo” (2ª edição, Fortaleza, Nudoc /Arquivo Público, 2006) faz um estudo sério e profundo sobre essas relações entre as camadas médias e a produção intelectual e toca num ponto nevrálgico: a abundância de autores e a escassez de leitores. Isso geraria a angústia de não ser lido, que afetaria, de certo modo, os produtores culturais até hoje.

A “Academia Francesa” (1872 / 1875), onde pontificava o talento de um Rocha Lima, que “poderia ter sido e não foi”; o “Club Litterário” (1886 / 1894), que publicou a revista “A Quinzena”, e a “Padaria Espiritual” (1892 / 1896), do jornal “O Pão”, se colocaram na vanguarda do pensamento e da ação dos intelectuais cearenses do final do século XIX.

A Padaria foi um momento especial (privilegiado) para se analisar a questão cearense. Situada às vésperas do século XX, incorporando as imagens em movimento dos “dioramas” e afins que se apresentavam em Fortaleza, trabalhando a partir dos referenciais da irreverência cearense, do chamado “espírito moleque”, deixou marcas que são assimiladas e discutidas ainda hoje.

Dentre outros itens da modernidade que haviam chegado aqui, a fotografia, uma produção musical que diluía referenciais eruditos, a iluminação “a giorno”, idéias anarquistas a bordo dos jornais operários (estudados por Adelaide Gonçalves) e a República implantada como possibilidade do fim das oligarquias, o que não aconteceu até hoje.

Fortaleza, 1892, Praça do Boticário Ferreira, Café Java, de propriedade de Manoel Coco. Estavam lançadas as bases de um movimento que abalaria a modorra provinciana.

A Padaria Espiritual era ruidosa. Um “biscoito fino e travoso”, como diz o subtítulo de um livro sobre o movimento (Gleudson Passos, Museu do Ceará, 2002).

O “Programa de Instalação” parece ser o documento mais rico, instigante, e elucidativo das tensões vigentes e da tentativa de escape por parte desse grupo de jovens intelectuais. Aí estão as tais idéias que parecem “fora de lugar”, de tão novas: reprimenda a clichês europeus, proibição de citar animais

estranhos à fauna e de árvores e flores estranhas à nossa flora, do uso de francesismos, adoção da vaia, escolha de inimigos, como o clero, os alfaiates e a polícia.

Se eles eram padeiros, o lugar onde se reunia era o forno e o jornal que publicavam era o “pão do espírito”. Dizem os estudiosos, como Sânzio de Azevedo, que a Padaria teve três fases. É como se aos poucos ela fosse ficando severa (hoje, “careta”) e sua contestação deixasse de ser mais performática para se tornar mais letrada.

O jornal era menos provocativo que eles em suas reuniões. Os livros que publicaram foram ainda menos interessantes que o jornal. Ficaram nos devendo o “Cancioneiro”, a publicação sobre o Padre Verdeixa (conhecido como “Canoa Doida”, um excêntrico que fundava jornais, desafiava a ordem, e provocava a todos, indistintamente) e o almanaque que nunca foi lançado, apesar das repetidas promessas. Ridicularizaram os anúncios de bacalhau, mas recorreram à publicidade para fazer vingar sua publicação. Eram jovens, usavam nomes de guerra, deviam incomodar à cidade. Parodiavam o hermetismo de instituições como a maçonaria. Tinham dístico, estandarte e, a partir deles, Fortaleza nunca mais podia ser a mesma, depois de ter “perdido a inocência”.

Um padeiro se destacou pela questão da saúde pública, Rodolfo Teófilo, farmacêutico, nascido na Bahia, criado no Ceará, para onde voltou depois de formado, um abnegado preocupado em combater as epidemias e que fazia vacinas em seu laboratório e pagava as pessoas para serem imunizadas contra a varíola que grassava, matando em número incalculável e assumindo caráter de peste (Lira Neto, “O Poder e a Peste”, Fortaleza, FDR, 2000). Teófilo foi duramente combatido pela oligarquia Acioly, que o difamava, acusando-o de inocular vírus na população excluída.

São das últimas décadas do século XIX duas instituições culturais longevas, que perderam muito de sua importância ao longo do tempo: a Academia Cearense de Letras (1884), que teria sido a primeira do Brasil e o Instituto do Ceará (1887), de onde saíram nomes importantes como o Barão de Studart e o antropólogo Thomas Pompeu Sobrinho. Elas se encastelaram em suas arrogâncias e não quiseram ou não souberam se adequar às exigências dos novos tempos. Precisariam dar respostas aos investimentos que são feitos nelas com dinheiro público. Ocupam prédios que são referências arquitetônicas, têm contas pagas, e não poderiam viver do que fizeram no passado. O Instituto lançou em dois cd’s a edição completa de suas revistas, o que facilitará muito a consulta por parte dos pesquisadores. E a Academia?

Um fato importante acontecido no século XIX foi a proliferação de jornais pelas cidades do interior. Aracati chegou a ter três tipografias. No total, cerca de vinte e cinco municípios chegaram a contar com imprensa, voltada para as questões políticas, o que acontece hoje com as emissoras de rádio, de recepção mais fácil por dispensar os códigos do letramento, e as emissões se fazerem pela amplificação e mediação da voz.

As bandas de música das cidades do interior revelaram-se celeiros de instrumentistas que fizeram carreira em Fortaleza ou nos grandes centros, depois da implantação da indústria fonográfica, com a

Casa Edison, no Rio de Janeiro, em 1902.

Os livros registram a atuação de Simplício Delfino Montezuma, compositor sacro na cidade de Icó, falecido no final do século XVIII (1793). Provável que Aracati, Sobral, Viçosa ou Crato tenham tido seus compositores de novenas, ladainhas e outras peças que elevavam seus louvores a Deus.

Quase todas as cidades tinham suas bandas e seus maestros. Algumas, como São Mateus dos Inhamuns, hoje Jucás, desenvolveu uma vocação para o bandolim, instrumento que brilhou nas mãos de Dona Mazé (1924 / 2004). A rabeca (violino de construção artesanal) se difundiu pelo sertão animando festas, acompanhando reisados e danças de São Gonçalo, servindo de trilha para o teatro de bonecos e para os dramas. Foi substituída, aos poucos, pela sanfona, que atingiu seu auge com o sucesso de Luiz Gonzaga, “o rei do baião”, nos anos 40 e 50 do conturbado século XX.

O final do século XIX foi marcado por grandes exposições nacionais e internacionais, onde os produtos cearenses ganharam vitrinas, sendo representativa desses eventos a Feira de Chicago (1893), que ganhou um catálogo bilíngüe, peça promocional de nossa província e pioneira no esforço de “vender” nossa imagem no exterior. O que no século XVIII teria representado o mostruário mandado para a Europa pelo governador da província, Montaury (1785), como forma de mostrar a habilidade dos bordados e a adaptação feita no ponto no ar pelas rendeiras cearenses.

Um fato de grande impacto para a história das idéias no Ceará, a marcar a virada para o século XX, foi a implantação da Faculdade de Direito, em 1903. Nossas elites não precisavam mais viajar para Recife ou São Paulo, tampouco para Coimbra. A “Salamanca” estava aqui e foi responsável, além da formação de quadros para a política e para a produção intelectual, por uma atitude conservadora que vem da lei como mantenedora do “status quo”. Boa parte das personalidades que alcançaram cargos de destaque na vida pública cearense passou pelos bancos da Faculdade de Direito, como antes esteve no velho Lyceu ou no Seminário da Prainha, onde eram feitos os “preparatórios” para o rito de passagem para a formação superior.

O “Almanaque do Ceará”, lançado em 1895, por João Câmara, continua em circulação até hoje, atualizado por este **Anuário do Ceará**. O automóvel chegou em 1909. O cine Majestic Palace foi inaugurado pela transformista Fátima Miris, em 1913.

O espírito “padeiro” foi incorporado por Raimundo Ramos “Cotôco”, assim chamado porque nascera sem o braço direito. Isso não o impediu de ter pintado a Nossa Senhora do Carmo, afixada ao teto da igreja inaugurada em 1906, ou de ter sido feito parte da equipe que pintou o teto do Theatro José de Alencar, inaugurado em 1910. Aliás, nesse período, pode-se falar da emergência da pintura no Ceará, com a participação, além de Cotôco, de seus amigos e companheiros de noitadas, como Paula Barros e o retratista Antônio Rodrigues.

Cotôco foi poeta, tendo lançado “Cantares Bohêmios”, em 1906. Compositor de muitas canções, algumas com partituras, incluídas em seu livro. Gostava de andar pelos arrabaldes, com um violonista, que o acompanhava em suas diatribes.

Parte de suas composições era romântica (os “Cantares”), o lado mais interessante era satírico (os “Bohêmios”). Nele pode-se encontrar uma crônica da vida da cidade, como o arrombamento da barra do Cauipe (e o excesso da oferta de peixes no mercado); a discriminação nos jardins do Passeio Público (os ricos ficavam na avenida Caio Prado e os pobres na Mororó); sua preferência pelas criadas; a denúncia dos ridículos das modas e dos excessos dos enchimentos; o jogo do bicho que chegara a Fortaleza, em 1898; a polícia mandando suspeitos de pequenos delitos arrancar mata-pastos no meio-fio das ruas. Cotôco chegou a surpreender ao adotar um “eu lírico feminino” em “Cabocla” e na “Mulata Cearense”, pelo menos setenta anos antes de Chico Buarque. E abusava do duplo sentido, com fina ironia e sutileza.

Ele chegou ao disco de cera, gravado por Mário Pinheiro (carioca, filho de cearense) para a Casa Edison. O pesquisador e colecionador Miguel Ângelo Azevedo (Nirez) tem, entre seus vinte e dois mil discos, pelo menos oito composições de Cotôco, algumas sem o devido crédito, sendo a autoria cotejada pela leitura de “Cantares Bohêmios”.

Pode-se dizer que ele seria o lado musical da Padaria e teria influenciado a indumentária do cantor e humorista pop / brega Falcão (lançado no final dos anos 80 do século XX), quando se trajava de estopa, com um girassol na lapela, e dizia “ser a vida uma paçoca”.

Não é forçado propor uma ponte entre a música de Cotôco e o teatro de Carlos Câmara, que lotava seu palco improvisado no Joaquim Távora, a ponto dos bondes fazerem horários extras nos dias de apresentações da companhia. Carlos Câmara fez da hipocrisia da cidade o seu material de trabalho, não com a denúncia certa de Adolfo Caminha (“A Normalista”), mas com o recurso ao chiste.

A cidade ria de si mesma com Carlos Câmara, sua Peraldiana, seus tipos construídos a partir das ruas, trabalhando “a tensão entre o urbano e o rural”, como escreveu o jornalista e teatrólogo Demitri Túlio.

Essa Fortaleza minúscula e pouco importante tinha seus tipos excêntricos que provocavam o riso e eram xingados nas vias públicas: Chagas dos Carneiros, Levi, De Rancho, sem esquecer Manezinho do Bispo, filósofo do surreal, autor de “Máximas e Pensamentos”, um Le Rochefoucauld cearense, na linha do “nonsense” dadaísta, absolutamente antenado com o que se fazia à época na Europa e “imortal”, posto que deixou sua marca em alguns folhetos preservados e outros episódios curiosos estão no anedotário da cidade. Otacílio de Azevedo, em “Fortaleza Descalça” conta como conseguia distrair Manezinho, porteiro do Palácio do Bispo, para conseguir que fossem pintados painéis publicitários na esquina das ruas Costa Barros e São José. Dizem que a uma ordem do bispo D. Manoel para que “queimasse” seus folhetos, ele promoveu uma liquidação, com baixa dos preços.

Fortaleza cresceu sem perder a referência do “Bode Ioiô”, que perambulava pelas ruas, adotado pela cidade, a partir da seca de 1915, e terminou empalhado depois de sua morte, em 1931, tendo sido colocado no Museu do Ceará, o mais importante acervo do Estado. Isso diz muito do que somos e da nossa verve que não conhece limites.

A irreverência pode ser vista como uma reação às adversidades, uma saída pelo riso, só que, no

caso cearense, esse riso é corrosivo, o humor destrutivo é acionado para destruir o outro, voltando-se contra nós mesmos, como o canhão de maior calibre da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção que apontava, permanentemente, na direção da cidade e não do mar, onde deveriam estar os inimigos (outra vez Koster, agora citado por Régis Lopes).

As camadas médias se uniram outra vez a segmentos subalternos e fizeram, em 1912, uma das chamadas “Salvações do Norte”, com a queda da oligarquia Acioly, há vinte anos no poder e governando o Estado com mão de ferro. Em 1910, pouco antes da queda, Nogueira Acioly inaugurara o Theatro José de Alencar, um monumento cuja estrutura de ferro veio da Escócia e ainda hoje, quase cem anos depois, a principal e mais representativa casa de espetáculos do Estado.

O arco das alianças contra o oligarca passava pelos militares e foi ungido Marcos Franco Rabelo para ser o novo Presidente do Ceará. Essa refrega teve passeatas, acusações de morte de crianças pelas autoridades no poder, conflitos nas ruas, tiros, e a fuga em um navio, para a capital federal, do oligarca, conhecido, irreverentemente, como “Babaquara”. A campanha envolveu encontros (“meetings”), panfletos, paródias (de “Margarida vai à fonte”), e folhetos nos moldes da literatura de cordel, assinado por Marcos Franco Tranquilo (os originais estão na biblioteca do Instituto de Estudos Brasileiros, da USP).

A queda da oligarquia Acioly levou à derrocada do Padre Cícero, Vice-Presidente do Estado e aliado do político conservador. A revanche consistiu em invadir o Juazeiro, “antro de jagunços”, que escavou valados para se proteger. Os aliados do “Padim” eram tratados, depreciativamente, por “molambudos”. Apesar de todo o aparato, Crato foi saqueada e as hostes leais ao Padre Cícero desembarcaram em Fortaleza, vindas de trem, a partir de Iguatu. A situação durou pouco, os Acioly voltaram ao poder, de modo indireto, e ficou valendo a tentativa de reação aos desmandos, o desejo de dar um novo rumo à política cearense e a frustração das camadas médias subjugadas pelos interesses das elites.

A seca de 1915 ficou como referência de mais uma intempérie de fundas repercussões na vida do Estado. Neste mesmo ano, o jornalista A.C. Mendes, ligado à Igreja Católica, fundou o “Correio do Ceará”, o primeiro jornal com pauta diversificada, dando início a uma série de mudanças que levaram aos poucos à constituição da empresa jornalística e ao veículo que se pretendia “isento, imparcial e independente”, três falácias quando se sabe que esta atividade é marcada por forte conotação ideológica e que nenhuma palavra é neutra ou nenhum discurso é inocente.

Ainda no campo da “romanização”, a Igreja elevou o Crato à categoria de bispado e construiu lá um Seminário. Em 1922, foi inaugurado, em Fortaleza, o jornal “Nordeste”, que duraria até 1965, exercendo forte controle sobre a chamada “moral cristã”, inclusive com um “index” dos filmes proibidos ou desaconselhados para a família católica.

Os anos 30 trouxeram uma Revolução que tinha cearenses entre seus líderes: os Távora. Houve uma funda mudança no ordenamento político do Estado, com a defenestração de lideranças e o reforço de outras. Se o clamor dos tenentes vinha do levante dos “18 do Forte de Copacabana”, em 1922; passava pela

Revolução Paulista, de 1924; pela Coluna Prestes, a partir de 1926; atingiu o clímax com o movimento de outubro. A Revolução de 30 poria fim à chamada política do “café com leite”, quando paulistas e mineiros se revezavam na Presidência da República. Houve reação a Júlio Prestes, “a bola da vez” e o assassinato de João Pessoa, Presidente da Paraíba, precipitou os acontecimentos.

A Coluna Prestes passou pelo Ceará, no seu deslocamento do Piauí para Pernambuco, e houve combate na praça da Matriz do Senhor do Bonfim, em Crateús, com a morte de dois rebeldes. O arquiteto Oscar Niemeyer projetou um monumento múltiplo, em homenagem à Coluna, que teve uma de suas “tiragens” erigida no sertão dos Inhamuns por onde a Coluna passou em seu afã de conhecer o Brasil.

Aliás, credita-se a visita de Lampião a Juazeiro, em 1926, a um convite feito pelo Dr. Floro Bartolomeu, médico baiano, deputado federal pelo Ceará, onde chegou em 1907, homem de confiança do Padre Cícero, ao cangaceiro, para combater a Coluna em troca do indulto e de patente de capitão da Guarda Nacional. Lampião esteve na cidade, o fato foi usado para desabonar, mais ainda, a imagem do Padre Cícero, e acabou não acontecendo nada, porque, nesse ínterim, Doutor Floro morreu no Rio de Janeiro (vítima de problemas cardíacos) e Lampião fugiu temendo a perseguição das forças legais, ainda que sua confiança no Padre Cícero fosse tanta a ponto de aceitar esse convite. Estavam reunidas aí duas figuras míticas do Nordeste, representando a valentia e a fé. Um Lampião dócil, domado pela palavra do Padre, aumentava a repercussão das prédicas do “Padim” e reforçava a figura do “santo do povo” no imaginário sertanejo.

Mário de Andrade, em seu afã de “descobrir” o Brasil e se despir de seu olhar estrangeiro sobre as manifestações de seu próprio país fez uma longa viagem de navio, a partir de 1927, que passou pelo Ceará, onde fotografou roupas nos varais, balançando contra o vento. Pode-se com cautela traçar um paralelo entre a Coluna Prestes e a viagem de Mário que rendeu o livro “O Turista Aprendiz” (Belo Horizonte, Itatiaia, s/d), como aventuras, atitudes desbravadoras. A viagem de Mário, que se demorou mais no Rio Grande do Norte, por conta de sua amizade com o folclorista Câmara Cascudo, rendeu um mapeamento do patrimônio imaterial brasileiro, resultou em livros sobre as danças dramáticas, o coco, a vida de violeiro, além de ter sido ponto de partida para a construção de nosso herói sem nenhum caráter, o preguiçoso Macunaíma, que adorava uma rede.

A difusão do ideário modernista entre nós ganhou ímpeto com o lançamento da revista “Maracajá” (1929) e a repercussão dada ao lançamento de “O Quinze”, de Rachel de Queiroz, que vai somar ao chamado “romance social”, de forte denúncia das condições de vida do Nordeste, sem perda de sua qualidade textual.

O Ceará literário, que tinha tido uma fase importante com Adolfo Caminha (“A Normalista” e “O Bom Crioulo”), Domingos Olímpio (“Luzia Homem”), Antonio Sales (“Aves de Arribação”), Emília Freitas (“Rainha do Ignoto”), Rodolfo Teófilo (“Fome”), Francisca Clotilde (“A Divorciada”), ainda iria esperar, até o início dos anos 50, para a “descoberta” de “Dona Guidinha do Poço”, de Oliveira Paiva, feita pela crítica Lúcia Miguel Pereira.

Rachel de Queiroz entra nesse vácuo com um romance de juventude, ligação com o “Partidão”, uma boa dose de oportunismo, e no Rio de Janeiro vai construir sua carreira literária, em boa parte alavancada pela revista “O Cruzeiro”, carro-chefe dos Diários Associados, da qual era cronista, e que atingiu picos de circulação, sendo a semanal de maior prestígio no Brasil, de todos os tempos.

Apoiando o golpe militar de 1964, por conta de sua amizade pessoal com Humberto de Alencar Castelo Branco, o primeiro “presidente” do período ditatorial, continuou a publicar, e foi a primeira mulher a entrar para a machista Academia Brasileira de Letras, o que muitos consideram um feito.

Correndo por fora, competente, enxuto, discreto, Moreira Campos se credencia como o grande escritor cearense do século XX. Merecem referências Juarez Barroso (“Obra Completa” publicada pela Fundação Demócrito Rocha), Jáder de Carvalho (“Aldeota”), Durval Aires (“Ficção Reunida”), Antonio Girão Barroso (“Poesias Incompletas”) e Patativa do Assaré (“Cante lá que eu canto cá”), entre os que se foram, no campo da ficção e da poesia.

No Ceará, tivemos a queda de Mattos Peixoto e quando se esperava pelo fim das oligarquias, se criaram outras, como os Távora, até pouco tempo dando as cartas na política cearense. O Estado era marcado por um visível domínio das famílias tradicionais que ora se revezavam no poder, ora se envolviam em crimes políticos, sendo o voto de cabresto uma prática costumeira.

O poeta Manuel Bandeira, de “Estrela da Vida Inteira” veio se curar dos pulmões, no ar seco de Quixeramobim, e deixou uma crônica que é uma declaração de amor à cidade.

O rádio chegara ao Brasil durante os festejos do Centenário da Independência, em 1922, com transmissões experimentais, no Rio de Janeiro. Aqui, deve-se a primeira emissora (Ceará Rádio Clube, 1934), ao espírito empreendedor de João Demétrio Dummar.

O modelo “rádio clube” ou “rádio sociedade” foi adotado antes que o intervalo comercial fosse valorizado, a propaganda fosse regularizada e o veículo ganhasse uma outra abrangência. Aqui, era um grupo de amadores que se reunia para ter o prazer de ouvir rádio, longe dos rumos que tomaria a partir do estado-novo varguista.

Aliás, não ficamos ilesos da truculência da ditadura instalada em 1937, agindo ao arrepio da lei com o pretexto de perseguir os comunistas (que haviam tentado um golpe, em 1935) e os integralistas (versão brasileira do nazi-fascismo, com camisas verdes e a letra sigma como emblema).

Em 1944, a Ceará Rádio Clube foi incorporada aos Diários Associados, o conglomerado de comunicação capitaneado por Assis Chateaubriand. Quem esteve aqui, como diretor-artístico da PRE-9, foi o cronista e compositor pernambucano Antonio Maria, cuja passagem por Fortaleza foi pouco estudada.

A segunda emissora de rádio foi a Iracema, dos irmãos Flávio e Zé Parente, inaugurada em 1948. A interiorização do rádio começou com a implantação da Rádio Araripe, do Crato, em 1951. Foi lá que Patativa do Assaré declamou seus poemas que chegaram ao livro em 1956 (“Inspiração Nordestina”), graças

ao esforço do cratense José Arraes de Alencar.

Em termos de relação da letra com a voz, um fato marcante foi a aquisição do acervo de cordel de João Martins de Athayde, por José Bernardo da Silva, em 1949, deslocando para Juazeiro do Norte o principal foco de edição de folhetos do Brasil.

Dosando os clássicos com os lançamentos, Zé Bernardo foi o grande editor dos folhetos de feira, reforçando mitos como Padre Cícero, Lampião, Frei Damião, e recorrendo à mão-de-obra de escultores e artífices da madeira para que talhassem na umburana capas dos folhetos. Noza, Walderêdo, Manoel Lopes, João Pereira e Damásio Paula se destacaram nesta arte, que ganhou a adesão de Lino da Silva, Zé Caboclo, depois de Stênio Diniz, Abraão Batista, até chegar à geração de José Lourenço, Francorli, Nilo, Cícero Vieira, Naldo, Elosman, Justino, Erivana, Ailton, Zênio, Hamurabi, colocando a xilogravura do Juazeiro num patamar de criação estética de inegável valor.

Com a morte de Zé Bernardo, em 1972, a Tipografia São Francisco passou para o comando dos filhos e iniciou um processo inexorável de decadência que culminou com sua aquisição pelo Governo do Estado do Ceará, em 1980, e sua posterior transferência para a Universidade Regional do Cariri (URCA), em 1988.

Nesse ínterim, Moisés Matias de Moura (1891 / 1976), poeta pernambucano, passou por Juazeiro e se fixou em Fortaleza, fazendo alarde de seus folhetos vendidos na porta do Mercado Central, à Rua General Bizerril. Moura, “cabo velho do trânsito”, se dizia um “historiador brasileiro” e ajudou a redigir a crônica da cidade, sob a perspectiva das camadas subalternas. Escreveu sobre a inundação de 1949; o desastre de trem na Moitinga (Vila Pery), entre Parangaba e Mondubim; o assassinato do qual foi vítima Moacir Weyne; o latrocídio cometido pelo jogador de futebol Idalino (matou para ficar com o carro do amigo), tudo se tornou cordel pelo verso inspirado, mas nem sempre castiço, de Moura.

Os anos 40 vão reforçar a construção de nossa molecagem. Em 1941, a crônica cearense ganhou uma personagem extra, um demônio, que virava mesas, quebrava copos e amassava panelas na casa de um policial no bairro da Itaoca, subúrbio de Fortaleza. O “Cão da Itaoca” foi parar nos jornais ou talvez tenha sido “inventado” exatamente com o fim de aumentar as vendas dos diários, tornou-se literatura de cordel e entrou para o imaginário da cidade.

Dia 31 de janeiro de 1942, de acordo com noticiário do jornal “O Povo”, o sol foi recebido com uma estrepitosa vaia quando resolveu dar o ar de sua graça, num dia “bonito pra chover”, em plena Praça do Ferreira, pelos que esperavam, ansiosos, o início da temporada de chuvas.

Durante a Segunda Grande Guerra, com a construção da Base Aérea do Cocorote, a cidade foi invadida por “gringos”. O “Estoril”, na Praia de Iracema (que ainda não havia sido destruída pelas obras do porto do Mucuriipe) era a “Villa Morena”, onde se realizavam festas e shows para elevar o moral das tropas. Eles andavam de jipes e trouxeram uma bebida escura, de gosto indefinido, chamada “Coca-Cola”.

Muitas moças cearenses passaram a namorá-los e ganharam, de imediato, o apelido de “Cocas-

Colas”, mesmo nome de um bloco de marmanjos, vestidos de mulher, que desfilou no carnaval de rua de 1946, comemorando o fim dos conflitos e a saída dos “yankees”.

A redemocratização trouxe um novo quadro político partidário, com o Partido Social Democrata (PSD), de origens rurais, se revezando no poder com a União Democrática Nacional (UDN), de extração urbana e vocação golpista. Correndo por fora o populismo do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), peleguista, atrelado a Vargas.

Uma novidade foi a volta à legalidade do Partido Comunista, que tinha seu jornal oficial, “O Democrata”, estudado pelo jornalista Ildefonso Rodrigues Lima. “Unitário” (fundado por João Brígido, em 1903) e “Correio do Ceará” tinham sido incorporados pelos Diários Associados. “O Nordeste” continuava sua cruzada conservadora. “O Estado”, fundado em 1936, passou por sucessivas administrações ao longo destes setenta anos e continua vivo. Jäder de Carvalho que havia estreado com “A Esquerda”, em 1928, experiência de um jornalismo contundente, que não passou dos nove meses, empastelado que foi por determinação do Presidente do Estado, Desembargador Moreira, voltou à cena com o “Diário do Povo”, fundado em 1947, para desespero do autoritário governador Faustino de Albuquerque. Apesar de jurista e de professor da Faculdade de Direito, Faustino não tinha limites para desencadear a repressão, comandada por seu filho, Walmick Albuquerque, Secretário de Governo. A “Gazeta de Notícias”, fundada em 1927, resistiu à morte, na redação, de seu diretor Antonio Drummond, e continuou em circulação até ser incorporado, em 1972, ao jornal “O Povo” fundado por Demócrito Rocha e Paulo Sarasate, em 1928, o jornal mais antigo em circulação no Estado.

A revolução nas artes visuais virá com a Sociedade Cearense de Artes Plásticas, a SCAP. Antes dela, o ímpeto renovador se estabeleceria com A Sociedade de Belas Artes, o Salão dos Independentes e com a necessidade de fugir dos padrões acadêmicos. Figura primordial nestes desdobramentos foi o carioca Mário Baratta, que adotou o Ceará, e que com uma biblioteca vasta, atualizado com periódicos europeus e inegável liderança, escreveu para os jornais uma série de artigos, enfeixados por Estrigas (Nilo Firmeza) em livro-manifesto de uma “Arte Ceará”, que tirasse partido de nossa luz, de nossas cores e que estivesse atendida, por sua vez, com o que se fazia no mundo.

O “Salão de Abril”, o mais prestigiado do Ceará, apesar de todas as crises em que está sempre envolvido, surgiu em 1943.

Raimundo Cella foi um caso isolado de talento individual que saiu daqui, defendeu tese da Escola de Belas Artes no Rio de Janeiro e voltou ao Ceará, reconhecido (até certo ponto) e maduro. Os artistas José Rangel, Vicente Leite e Gérson Farias ganharam bolsas de estudos. Os dois primeiros cumpriram temporada na capital federal. Faria desistiu e voltou do meio do caminho. Rangel conseguiu ser professor da Escola de Belas Artes, no Rio de Janeiro e em Recife, e deixou um monumento a Siqueira Campos, um dos “18 do Forte de Copacabana”, na Avenida Atlântica. Vicente Leite, cada vez mais valorizado pela crítica e pelo mercado, teria sido um impressionista à cearense.

Mas a SCAP vai dar um salto de qualidade e uma guinada nas artes plásticas cearenses, com seu atelier coletivo, suas incursões pelos arrabaldes de Fortaleza e o surgimento de nomes como Bandeira, que teria reinventado a pintura a partir das fagulhas da fundição de seu pai e do flamboyant que ficava à porta de sua casa ou de Aldemir Martins, que imprime a seus cangaceiros uma força que se atenua, ao longo do tempo, perdendo, no decorativo, parte de sua força visceral. Bandeira faz carreira em Paris e morreu, em 1967, aos quarenta e cinco anos. Clidenor Capibaribe (Barrica) morou no Rio, fez a maior parte de sua carreira aqui, vindo a falecer em 1993. Aldemir Martins, radicado em São Paulo, morreu em 2005, reconhecido pelo Ceará, o que não é pouca coisa.

Impossível ignorar a importância da passagem por Fortaleza de Jean-Pierre Chabloz, artista plástico e músico suíço, os cartazes que desenvolveu para estimular a migração de nordestinos para a Amazônia, e a descoberta de um índio nascido no Acre, chamado Chico da Silva, que grafitava com carvão os muros do Pirambu. Chico da Silva, por meio de Chabloz, veio a se tornar uma referência das artes plásticas cearenses, assanhou colecionadores, teve boa parte de sua obra incluída no acervo do MAUC, e participou da prestigiada Bienal de Veneza. Despreparado e explorado por “marchands” inescrupulosos, tornou-se refém de sua própria assinatura, criando uma “escola” de seguidores que passaram a fazer os trabalhos que assinava, caindo, ainda mais, na dependência do álcool, morrendo pobre, (quase) abandonado, e sem homenagens, numa casa que o governo do Estado construiu para ele no Pirambu.

Além dos manifestos estéticos a SCAP frutificou e nos deu quadros (e outros que se achegaram por afinidades) como Estrigas (artista e historiador da arte), Nice Firmeza, R.Garcia, Barboza Leite, José Fernandes, João Siqueira, Zenon Barreto e movimentou a cena artística cearense. Sérvulo Esmeraldo, depois de décadas na França, voltou a se radicar no Ceará, nos anos 80, e deu forte impulso à arte em espaços públicos, tendo realizado duas edições da Mostra de Esculturas Efêmeras, com o patrocínio do jornal O Povo. Outro que voltou ao Ceará foi José Tarcísio, depois de uma temporada carioca.

A SCAP conviveu com o Clube de Literatura e Arte, o grupo Clã, que reuniu nomes expressivos da intelectualidade cearense, num projeto que terminou sendo mais literário, ficando as outras artes esquecidas. O Clã nos legou uma revista, teve continuidade, pode ser vista como um grupo que aspirava ao poder (e o conseguiu, a seu modo) e teve forte interferência na gestão da cultura no Ceará, contribuindo, decisivamente, para a constituição da Secretaria da Cultura do Estado, a primeira do Brasil, em 1966.

O pós-guerra vai trazer mudanças comportamentais e intervenções na cidade. Lojas de alemães (“Casas Pernambucanas”) e de italianos tinham sido saqueadas durante o conflito. A primeira Coca-Cola era uma experiência de vida e os norte-americanos tinham vindo para sempre. Desde a Operação Pan-Americana e a política da boa vizinhança eles olhavam para o nosso quintal. Carmem Miranda se foi numa dessas investidas e um cearense tocou no “Bando da Lua”. De outra feita, criaram o Zé Carioca, papagaio malandro que nos personificava.

As eleições para prefeito, em 1950, trouxeram um fato inédito: a vitória de um radialista, Paulo

Cabral de Araújo, locutor da Ceará Rádio Clube, sem vínculos partidários, com 28 anos, o mais jovem prefeito da cidade de todos os tempos. Cabral comandou campanhas como a arrecadação de donativos para a Santa Casa de Misericórdia, e para o Natal e as festas juninas do Educandário Eunice Weaver, que cuidava dos filhos dos portadores de hanseníase, na colônia de Antonio Justa, município de Redenção. Cabral disparou nas urnas e pode ser visto como um fato novo, pelos estudiosos das relações da mídia com o poder, que vem tendo desdobramentos com a complexidade das relações sociais e com a sofisticação, o aparato tecnológico, e o impacto que cercam os meios de comunicação. Para o governo do Estado foi eleito o pessedista Raul Barbosa, estimulador da criação do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), em 1953.

O Ceará viveu um instante decisivo para seus projetos de futuro com a implantação do BNB e da Universidade do Ceará (o termo “Federal” foi anexado anos depois), no início dos anos 50.

O Banco passava a ser uma agência do desenvolvimento regional. Pretendia ter uma ação continuada, ao contrário das críticas feitas ao DNOCS que, apesar de criado em 1909, não consegue apresentar ações efetivas no combate às secas ou na convivência com as estiagens, como preferem alguns.

A instituição de crédito e desenvolvimento regional superava uma expectativa de intervenções pontuais e inscreveu em nosso léxico a idéia de planejamento. Nestes mais de cinquenta anos, tem sido um propulsor de um desenvolvimento sustentável e tem, de certo modo, focado a região como um todo, tendo sido responsável pela formação de economistas, administradores, e gestores, muitos deles aproveitados pelas administrações estaduais e municipais, quando não alçados a cargos na esfera federal.

A Universidade do Ceará era um sonho antigo, acalantado ao longo de várias gerações. Depois das Faculdades de Direito, de Farmácia e Odontologia, Agronomia, Medicina, estava na hora de dar unidade a este conjunto de instituições de ensino superior e de criar outras possibilidades de formação de quadros para tocar, de modo científico e planejado, a coisa pública e os negócios da iniciativa privada.

Havia como se diz “vontade política” para implantar a Universidade e o primeiro reitor, Martins Filho foi um visionário, um empreendedor, que contava com um respaldo político, e com verbas muito mais expressivas do que couberam a seus sucessores.

A Universidade se instalou no Benfica, se expandindo depois para Porangabuçu (saúde) e construindo, no período da ditadura, o Campus do Pici, como forma de deslocar os estudantes do centro dos confrontos, que era o centro da cidade e de desmobilizá-los, confinando-os, com o pretexto de lhes oferecer áreas verdes e melhores instalações.

O impacto cultural da implantação de uma Universidade pública é algo que só pode ser mensurado a longo prazo. Pode-se falar na oferta de cursos, na criação de equipamentos como o Teatro Universitário; a Imprensa (que nos ensinou a fazer livros com bom acabamento); o Madrigal, ainda hoje lembrado com saudades; o Museu de Arte, uma referência pela qualidade do acervo; as Casas de Culturas Estrangeiras; A Casa Amarela, com seu foco no cinema; a Rádio FM Universitária, com sua programação fora da ditadura da Indústria Cultural. Tudo estaria muito bem se não fosse uma estrutura “feudal”, onde as

famílias fundadoras continuam a ditar regras, onde as pessoas se perpetuam nos cargos e onde, como na política partidária, os cargos são rateados em função de acordos e de barganhas e não do mérito de seus ocupantes.

Os anos 50 vão trazer nossa juventude transviada, os “rabos de burros”, rebeldes com ou sem causa, querendo chamar a atenção com lambretas, velocidade, bebidas, comportamentos audaciosos (à la James Dean).

Também os concursos de “miss”, onde os clubes elegantes, então em voga na cidade, apontavam suas representantes. A “mais bela cearense” participaria de um evento no Rio de Janeiro que apontava finalistas para certames mundiais. Emília Correia Lima, do Clube dos Diários foi “Miss Brasil”, em 1955, e nunca mais o Ceará repetiu a dose. Os concursos eram repercutidos pela revista “O Cruzeiro” e saíram de moda com os novos papéis da mulher, a antecipação de um feminismo que viria, inevitavelmente, com o pós-guerra e passaram a se dar em programas de televisão, ainda hoje, sem mobilizar a opinião pública e sem causar mais o menor “frisson” ou impero bairrista.

Nos anos 50, os cultos afro-brasileiros eram considerados como “caso de polícia”, que podiam ser fechados a qualquer hora, sem mandato judicial, dependendo do capricho da autoridade de plantão. A expressão “macumba” designava, pejorativamente, esses rituais e merece destaque a liderança de Mãe Júlia, dona de um terreiro no Benfica, proximidades das ruas Padre Miguelino e Marechal Deodoro. Mãe Júlia, além de ter contribuído para organizar os terreiros em uma associação, negociou, pessoalmente, com lideranças políticas pela liberdade de culto, cuja autorização remonta ao governo Paulo Sarasate (1955 / 1958).

O carnaval de rua contava com escolas de samba ainda não inspiradas no modelo carioca, como a Luiz Assunção e a Prova de Fogo, que tinham até instrumentos de sopro em suas bandas (e não baterias), além dos blocos, cordões e maracatus.

As chamadas “pensões alegres” ou bordéis do centro da cidade organizavam carros alegóricos onde desfilavam suas “meninas”, como forma de atrair a atenção do público masculino freqüentador dos “châteaux” (castelos, em francês). Homens vestidos de mulher eram permitidos, mas a preferência homossexual sofria uma feroz discriminação, a ponto de filas inteiras de espectadores de um cinema do centro se levantarem quando se sentava em uma das cadeiras um homossexual assumido. O conservadorismo afetava as mulheres, também discriminadas se adotassem comportamentos diferentes dos aceitos pelos códigos de moral em vigor.

A vida social de Fortaleza se dava nos chamados clubes elegantes (Ideal, Náutico, Diários, Líbano, Iracema, Iate, Massapeense, Comercial, Quixadaense, AABB) e depois com a profusão dos clubes suburbanos (SECAI, Terra e Mar, Santa Cruz, Internacional, Romeu Martins). O crescimento da cidade e as novas formas de sociabilidade trazidas, dentre outros, pela televisão, esvaziaram os clubes, e os poucos que sobraram se transformaram em “buffets”, sendo ainda freqüentados por conta dos restaurantes, bares,

quadras de esportes e pela localização privilegiada à beira-mar (Ideal, Náutico, AABB e Iate).

Ainda nesta década vai chegar ao Ceará a poesia concreta, por meio de Eusélio Oliveira, Antonio Girão Barroso e José Alcides Pinto, dentre outros. Era a experimentação ganhando o respaldo das artes gráficas e abolindo o poema verborrágico, ruptura proposta pelos irmãos Campos e Décio Pignatari, em São Paulo e pelos neo-concretos cariocas, tendo à frente o maranhense Ferreira Gullar.

Os anos 50 vão trazer também novas emissoras de rádio, como a Verdes Mares (dos Diários Associados, vendida ao empresário Edson Queiroz), Uirapuru, Dragão do Mar (criada pelo PSD para interferir nas eleições de 1958) e a tardia Assunção Cearense, da Igreja Católica, instalada em 1962.

Trajétória curiosa vem a ser a da Rádio Dragão do Mar, vendida pelo PSD, depois das eleições de 1958, ao empresário Moisés Pimentel, adepto das idéias nacionalistas na economia e na política e defensor das reformas de bases anunciadas pelo presidente João Goulart.

A Rádio tinha tal impacto na vida da cidade de Fortaleza que chegava a competir com a Tv Ceará, enquanto não chegava um segundo canal de televisão, que, aliás, fora concedido à Dragão do Mar.

A sede começou a ser edificada, na esquina das avenidas Antonio Sales e Estados Unidos (hoje, Av. Senador Virgílio Távora), os equipamentos chegaram a desfilar pelas ruas da cidade e o general Murillo Borges, então prefeito de Fortaleza (1963 / 1966) disse que “um canal de televisão nas mãos dos comunistas seria mais desastroso que um carregamento de metralhadoras”.

A Rádio Dragão do Mar marcou época na cobertura da ameaça de arrombamento do açude Orós, em 1960, cujas obras não resistiram à fúria das águas do “inverno” deste ano e fez campanha contra a morte na câmara de gás do norte-americano Caryl Chessmann, o famoso bandido da Luz Vermelha, que no corredor da morte, na penitenciária de San Quentin, Califórnia, escreveu uma série de livros que se tornaram “best-sellers”.

Com a implantação da ditadura militar, muitos radialistas foram presos, a emissora teve seus transmissores lacrados e o grupo perdeu a concessão do canal de televisão.

A “Tribuna do Ceará”, a partir de 1957, vai ser “porta-voz das classes produtoras”, ou seja, conservadoras, e marcará, a partir do final dos anos 60, a sociedade entre os empresários José Afonso Sancho e Edson Queiroz. “O Jornal”, fundado em 1958, pelos irmãos Pinheiro Maia, para interferir nas eleições deste ano, marcado por uma grande seca, foi fechado logo que os empresários / políticos conseguiram imunidade parlamentar.

A televisão chegou ao Ceará, nesse contexto, com o pessimismo de muitos que achavam prematuro a implantação da nova mídia entre nós. Prevaleceu o planejamento associado e depois das emissoras de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul estava na hora de dar uma abrangência nacional ao veículo. Assim, em 1960, foram inauguradas as emissoras da Bahia, Pernambuco, Ceará, Pará, Brasília e Curitiba.

Aqui, foram lançadas ações para o empreendimento. A idéia era fazer as pessoas se sentirem donas da televisão e do governador Parsifal Barroso a uma anônima dona-de-casa do bairro de Fátima, todos queriam ver a tevê no ar.

A sede seria construída no bairro da Estância Castelo (hoje Dionísio Torres), um coqueiral a perder de vista, que se tornou acessível depois de aberta a Avenida Antonio Sales.

Tudo seria feito de acordo com o figurino: o arquiteto Enéas Botelho foi chamado para projetar as novas instalações (também desenhara a sede de “O Jornal”). Um grupo restrito de seis profissionais, quase todos egressos do rádio, foi escolhido para fazer um curso de “realizadores”, no Recife.

Campanhas publicitárias anunciavam o andamento da construção, enquanto empresários (futuros anunciantes) eram convidados para visitar o canteiro de obras. Notícias davam conta da aquisição da cota de patrocínios de programas por parte de grandes empresas. Os corretores de anúncios sabiam que estavam com os dias contados porque a nova mídia exigiria uma profissionalização do negócio que exerciam com um certo amorismo.

A televisão entrou no ar dia 26 de novembro de 1960, com um programa que teve como palco a Concha Acústica da Universidade do Ceará.

Um grande mérito da Tv Ceará - Canal 2 foi a programação ao vivo, tocada com eficiência e criatividade. Eles aprendiam na medida em que surgiam as dificuldades e não se tratava de mera repetidora. Novelas, casos especiais, musicais, programas de luta, de ballets, infantis, de humor, tudo era feito aqui. De fora, alguns enlatados. Criou-se uma empatia entre a cidade, que saía das cadeiras nas calçadas para assumir novas formas de sociabilidade e de lazer, e a televisão, que chegava como a novidade que antecipava as conquistas da ficção científica. Estabeleceu-se uma relação de amor e ódio, onde era insuportável conviver com os olímpicos tão de perto. Fortaleza tinha apenas 500.000 habitantes, o número de televisores era reduzido, mas deu certo.

Péricles Leal vinha viajando na implantação das novas emissoras e trazia uma estética que desenvolvera e está em seu livro sobre a televisão. A dosagem do folhetim com a cor local era um dos ingredientes de sucesso. Tudo foi bem, até 1966, quando compraram equipamento de vídeo-tape e a programação foi centralizada no eixo Rio - São Paulo. Era mais barato e mais prático para os Associados, que talvez não anteveriam o perigo representado pela Tv Globo, inaugurada em 1965, e que trazia um novo modelo, baseado no planejamento, na implantação da grade de programação, na contratação de executivos e em uma nova relação de poder com a ditadura militar. Depois de um acordo com o grupo Time-Life, denunciado pelos Associados, e a contrapelo da legislação brasileira, a Globo deslanchou, enquanto a Tupi minguava, e a Excelsior saía do ar (por problemas políticos). A Rio e a Continental eram emissoras cariocas e a Record insistia em ser paulista.

O Governo do Ceará conheceu o planejamento por meio do “Plano de Metas Governamentais” (Plameg), do Governo Virgílio Távora (1963 / 1966), o chamado “Primeiro Veterado”, fruto de uma

coligação que parecia impossível: a aliança entre os antagônicos PSD e UDN, que se repetiria, em nível nacional, com o golpe dois anos depois. Virgílio Távora voltaria a governar o Estado, desta vez por meio de eleições indiretas, entre 1979 / 1982.

A publicidade cearense passou a assumir a feição de empresa com a constituição da Publicinorte (Tarcísio Tavares, Eduardo Brígido Monteiro), em 1964, e com a Scala Publicidade (Barroso Damasceno), em 1965. Apostava-se na divisão de tarefas, na criatividade, e na ocupação efetiva de espaços pelos comerciais. A valorização da mídia impressa viria com a implantação do offset, pela Tribuna do Ceará, em 1969, no que foi seguida pelo jornal “O Povo”, pelos “Diários Associados” e por “O Estado”. A sofisticação da mídia eletrônica viria com o tempo e estava na dependência de investimentos a serem feitos e na mudança de mentalidade empresarial que, ainda hoje, empaca em pequenos detalhes.

A criação publicitária investiu no filão do humor, se apropriou dos bordões e pregões do comércio informal, e teve seu pico, no final dos anos 70, com a adoção de referenciais da cultura, no desenvolvimento de uma proposta de fala e imagens enraizadas. Isso gerou prêmios, colocou o negócio publicitário em evidência, mas representou pouco no retorno das verbas investidas. Esse período vai coincidir com o interesse de agências pernambucanas, baianas e paraenses pelo mercado cearense e essa reação na linha do “somos daqui”, “agências da terra” e “compromisso” foi eficaz, politicamente, para evitar que essas agências avançassem em seus propósitos mercadológicos e chegassem às contas governamentais, “naco” que só foi repartido com uma agência de fora, a Norton, estabelecida aqui há bastante tempo e tendo na sua carteira de clientes fortes grupos empresariais do Estado.

Nesse bojo, se implantaram a SG-Propag, Metas, Terraço, Mark, Janella, EBM, Coluna, vindo depois a Slogan, quando a publicidade passou a dar mostras de amadurecimento empresarial.

Hoje, o negócio publicitário se consolidou, mas o desempenho criativo das agências é criticado, por não conseguir dosar a busca de resultados com a experimentação de linguagens. Cobra-se uma ruptura com os bordões e com a estratégia do grito que prevalece, principalmente, no varejo. Destacam-se a Íntegra, Advance, Acesso, Síntese, Ágil, Verve, Bolero, Mota, dentre muitas.

A integração do País via satélite e micro-ondas, por meios das políticas da Embratel, como estratégia do regime militar, deu certo. A lógica era integrar para dominar corações e mentes. Vendiam-nos uma idéia de modernidade, quando na verdade perdíamos a possibilidade de nosso sotaque, de nossa dramaturgia, e de nos vermos na telinha.

Além de termos perdido a maior parte da produção local, fomos levados a assimilar novos padrões, como o modelo carioca de fazer carnaval, por exemplo, quando maracatus tiveram de adotar enredos e passaram a competir com escolas de samba, juntando num mesmo desfile propostas tão díspares do ponto de vista estético e cultural.

O golpe de 1964 foi terrível para a cultura brasileira e o desastre tornou-se maior com a vigência do AI-5, em dezembro de 1968. Muitas experiências foram abortadas e outras toleradas em função da

desinformação dos censores e da possibilidade de dizer nas entrelinhas. Fez sucesso uma montagem de “Liberdade, Liberdade”, de Millôr Fernandes, com Aderbal Junior (hoje Aderbal Freire-Filho). Outros grupos, como o Gruta, foram desestimulados ou silenciados, mas a chama foi retomada pelo Grita, tempos depois, tendo à frente a figura carismática de José Carlos Matos.

O jornalismo havia adotado um modelo empresarial e a reação, tardia, viria, em 1977, com o alternativo “Mutirão”. As artes plásticas tentaram reagir, nacionalmente, por meio da arte conceitual, que aqui teve como seu representante Bené Fonteles. O elitismo da literatura impedia uma interferência à altura.

Uma possibilidade de reação foi a realização dos festivais de música, dos quais emergiu toda uma geração da qual faziam parte Augusto Pontes, Belchior, Ednardo, Petrucio Maia, Fagner, Rodger Rogério, Tetty, Ricardo Bezerra, PT, Jorge Melo, Tânia Cabral, Fausto Nilo, dentre outros, atualizando um cancionário que, em termos de Indústria Cultural, teve início, nos anos 40, com Humberto Teixeira, parceiro de Luiz Gonzaga; com o balanceio de Lauro Maia; as declarações de amor ao Ceará por parte do maranhense Luiz Assunção; e a boêmia de Aleardo de Freitas. Para não deixar de falar em Moreira Filho, Evaldo Gouveia, e nos cantores e cantoras do rádio, como Keyla Vidigal, Lourdes e Isis Martins, Ivanilde Rodrigues, Marilena Romero, Paulo Cirino e suas pastoras, Nozinho Silva, Luis Irapuan, além da “diva” Ayla Maria, estrela do grande sucesso dos palcos, em 1965, que foi a montagem da opereta “A Valsa Proibida”, de Paurilo Barroso, em que contracenava com o maestro Orlando Leite.

A inauguração da Tv Verdes Mares Canal 10, do Grupo Edson Queiroz, em 1970, vai encontrar o mercado amadurecido e a cidade com condições de abrigar duas emissoras. Mas tudo estava diferente porque a programação local era mínima e estávamos sujeitos ao que nos mandavam Globo e Record, via satélite.

A Tv Educativa (hoje TVC), inaugurada em 1974, que o governo César Cals “batizou” como o “ano da cultura” traria uma proposta de educação à distância e de uma programação local que não causa o impacto desejado, com exceção, talvez, do “Ceará Caboclo”, apresentado pelo folclorista Carneiro Portela.

A inauguração da Tv Uirapuru (hoje Tv Cidade), em 1979, não mudou muito este quadro. A falência associada e a distribuição de seus canais para o SBT (Sílvio Santos) e para a Tv Manchete vai interferir aqui, na medida em que passamos a ter uma cabeça da rede dos Bloch, que investiu pesado em jornalismo, trazendo para Fortaleza, Ruy Lima, para comandar o setor, enquanto Angela Borges cuidava da parte comercial. A Manchete também quebrou e hoje sua sucessora, a RedeTv!, não interage, de fato, com a cidade, cumprindo seu mero papel de retransmissora.

Mudanças de verdade aconteceram a partir da inauguração da Tv Jangadeiro, em 1990, com a valorização da programação local (“Barra Pesada”, “Botando Boneco”, etc). Essa experiência tem sido levada às últimas conseqüências pela Tv Diário, empreendimento do empresário Airton Queiroz, gerada aqui, e transmitida nacionalmente, via parabólicas e satélite, que tem seu grande sucesso com o programa “Nas Garras da Patrulha” misto de humor e programa policial, com bonecos, que consegue reunir, em uma mesma

emissão, elementos marcantes de nosso contexto cultural.

A queda de prestígio, audiência e faturamento da mídia rádio, depois do advento da televisão, começou a dar sinais de reação com a entrada no ar da “Verdes Mares FM”, inaugurada em 1976, mas o grande impacto foi a inauguração da FM do Povo, em 1981.

O que estava em foco era a segmentação, uma qualidade de som estereofônico e a possibilidade de atuação em nichos específicos. Ainda em 1981, a Universidade Federal do Ceará inaugurava sua rádio FM, ainda no ar, sem compromissos com institutos de audiências, preocupada com a realização de debates, e a emissão de músicas de qualidade que, na maioria das vezes, não são programadas pelas emissoras comerciais.

A redescoberta da mídia rádio veio com a segmentação, o grande número de emissoras tocando forró, música gospel, rock, se dizendo populares, bregas, jovens, confessionais ou de bom gosto. Hoje, o rádio está cada vez mais vivo e ocupa espaço na Internet.

O panorama da mídia não dava espaço para o grande número de jornais dos anos 50 e 60, por exemplo. A tendência é a bipolarização, segundo os estudiosos, com cada grande cidade tendo dois grandes veículos. Para competir com “O Povo” foi lançado, em dezembro de 1981 o “Diário do Nordeste”, do Grupo Edson Queiroz. Com o fechamento da “Tribuna do Ceará”, em 2002, o terceiro vértice do triângulo continuou a ser o jornal “O Estado” (1936).

A experiência de jornais sensacionalistas e apelativos, inaugurada pelo “Jornal da Rua”, do Grupo Edson Queiroz, secundada pelo “Hoje”, das Empresas Jornalísticas o Povo, em 1997 / 1998, não foi bem sucedida, possivelmente em razão do baixo poder aquisitivo do público-alvo ao qual se destinava, que poderia ter acesso àquelas imagens em movimento, “gratuitamente” pela televisão, bem como aos altos índices de analfabetismo do Estado.

A Secretaria da Cultura, a primeira do Brasil, como faz questão de alardear, não teve políticas culturais continuadas e planejadas, nem no tempo da ditadura, nem na vigência do regime democrático.

O beletrismo que marcou as primeiras gestões se centrava em torno de alguns intelectuais e de poucas instituições, sem pretender abarcar um conceito de cultura mais dilatado nem uma ação mais integrada em consonância com outras políticas. Foi dirigida, inicialmente, por uma série de intelectuais afinados com o ideário de direita, conservadores e alguns até mesmo alinhados com posições integralistas (a versão nazi-fascista brasileira). Foi o tempo da publicação indiscriminada de livros, de nomeações meramente políticas para cargos técnicos como direção de bibliotecas, arquivos e museus. Tempo de caravanas para o interior (os “caminhões da cultura”), e da insistência na idéia equivocada e iluminista de que a cultura se faz do centro para as periferias, e que o interior não é capaz de gerar produtos e manifestações de qualidade.

Intrigantemente, no primeiro período ditatorial, entre 1964 e o “golpe dentro do golpe”, (o AI-5, de 1968), a cena cearense deu sinais de movimentação, em função da recolha de frutos da implantação, na

década anterior, de instituições como o Banco do Nordeste, a Universidade do Ceará e a Sudene (Superintendência do Desenvolvimento Regional do Nordeste), criada em 1959.

A Comédia Cearense se beneficiou da criação do Curso de Arte Dramática da UFC e da exposição de muitos atrizes e atores aos refletores da mídia televisiva e conseguiu criar um teatro de repertório, com direção de B.de Paiva e Haroldo Serra, com destaque para a montagem das peças de Eduardo Campos.

A política musical da Universidade rendia frutos com a performance do seu Madrigal. A dança, que ganhara espaço na programação televisiva (programa “Na ponta dos pés”), passou a ser ensinada por um sem número de academias, com seus festivais de final de ano, e sua insistência em manter um repertório já testado e aprovado, o que abriu um campo propício para a inquietação e as novas exigências dos que viriam depois. Nesse contexto, cabe ressaltar o pioneirismo de Hugo Bianchi.

A Imprensa Universitária exibia um catálogo que incluía a reedição dos clássicos cearenses a lançamentos, mas sempre foi difícil quebrar a barreira do ineditismo, com a maior parte dos jovens autores bancando seus próprios livros.

As artes plásticas viviam, com a Casa de Raimundo Cela, um momento de alta, e foi responsável pelo lançamento de uma geração da qual faziam parte, dentre outros: Descartes Gadelha, Tarcísio Félix, Aderson Medeiros, Sérgio Pinheiro, Sergei de Castro, Rodolpho Markan, Joaquim de Sousa, Marcus Jussier. A agitação trouxe Mariza Viana, Regina Célia, Marcos Francisco, Kleber Ventura, Roberto Galvão, Carlinhos Moraes, dentre nomes que se foram e outros que continuam em atividade entre nós.

Mais recentemente, José Guedes, Maurício Coutinho, Herbert Rolim, Eduardo Eloy, Carlos Costa, Vando Figueiredo, Vidal Jr., Rian Fontenele, Totonho Laprovítera, Francisco Almeida, Zazanazan, Bia Cordovil e Stênio Burgos tentam levar as linguagens e a experimentação para outros limiares.

Tantos nomes e tantas propostas nos sugerem um mercado promissor e ativo, o que não é verdade. As galerias começaram com Dona Ignês Fiúza, nos anos 70, passaram por Dona Lorena Araújo, pela Simwal Arte, pela Credimus Aldeota e tiveram seu grande momento com a ArteGaleria (1984) de Dodora Guimarães, que trouxe grandes nomes (Leonilson, Regina Silveira, Baravelli, Alex Vallauri) e imprimiu um caráter de negócio à atividade. A experiência durou pouco tempo. Hoje, a cidade tem uma grande galeria, a Multiarte (Max Perlingheiro), a LM Escritório de Arte, além dos espaços públicos, como o MAC, no Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, o MAUC, e de instituições privadas ligadas a instituições de ensino, como A Galeria de Arte da Unifor, a Galeria Vicente Leite, da FA7 e outros espaços menores, mas nem por isso menos significativos.

No campo da literatura, destaque para os lançamentos de Caetano Ximenes Aragão, Roberto Pontes, Horácio Dídimio, além de Milton Dias, grande nome da crônica cearense, e a continuidade da obra de Moreira Campos, Rachel de Queiroz, Francisco Carvalho, Artur Eduardo Benevides. Atuando fora do Estado, José Alcides Pinto (voltou para dar aulas no Curso de Comunicação Social da UFC), Juarez Barroso

e Mário Pontes (do Jornal do Brasil), Joyce Cavalcante e Caio Porfírio Carneiro (atuando em São Paulo), e João Clímaco Bezerra e Gerardo Melo Mourão (no Rio de Janeiro), todos com alguma visibilidade, mas longe do prestígio desfrutado por Gustavo Barroso, imortal da Academia Brasileira de Letras, e diretor do Museu Nacional, representante do pensamento de extrema-direita brasileiro.

Na linha dos antigos grêmios e movimentos, o grupo SIN, e em uma idéia de processo, a revista “Teia” (1972), o “Saco Cultural” (1976), “Siriará” (1977), “Nação Cariri” (1981), “Comboio” (1983), até o surgimento de Adriano Espínola, com o “Fala Favela”, poema que se transformou em peça de teatro, a partir dos movimentos sociais que passavam a se organizar com o fim anunciado da ditadura por meio de “uma abertura, lenta, gradual e segura”, de acordo com a fala dos militares.

Pode-se falar de experiências bem-sucedidas desse período difícil, que muitos chamam de “anos de chumbo”. A adaptação para teatro do “Romance do Pavão Misterioso”, feita por Marcelo Costa e José Carlos Matos (Cooperativa de Teatro e Artes, 1972), é um desses instantes epifânicos do teatro cearense. O teatro de Zaza Sampaio não chegou a estrear, censurado que foi na véspera (“O Aniversário”, 1972). Oswald Barroso fez uma peça com dicção de cordel (“O Reino da Luminura ou a Maldição da Besta-Fera”). Geraldo Markan estreou “Cesarion, o Imperador do Mundo”, marcando a fundação do Grupo Balaio, em 1976.

A migração do chamado “Pessoal do Ceará” para o sudeste e o disco de estréia de Ednardo, Tetty e Rodger Rogério: “Meu corpo, minha embalagem, todo gasto na viagem”, em 1972, tornou-se uma referência na relação de nossa criação com a chamada Indústria Cultural.

Os lançamentos das poetisas Yêda Estergilda (“Mais um livro de poemas”) e Marly Vasconcelos (“Água Insone”) foram instantes de delicada contundência. Carlos Emílio Correia Lima rompeu paradigmas com a novela “Jericoacoara, o observador do litoral”. Na dança, o SESI da Barra do Ceará deu uma guinada no que se fazia então, o mesmo acontecendo com a música, que formou intérpretes e regentes, para grandes sinfônicas. As páginas literárias (“Unitário”, com Antonio Girão Barroso) e os cadernos culturais (“Folha Geral” e “Balaio”, ambos da Gazeta de Notícias) discutiam a cena da cidade que tinha em Cláudio Pereira um de seus maiores animadores.

O governo Adauto Bezerra (1975 / 1978) foi marcado pela criação do Centro de Referência Cultural do Estado (CERES), que efetuou, talvez, o mapeamento mais bem-sucedido do Ceará, de todos os tempos. A partir de uma equipe constituída por jovens pesquisadores, muitos contestadores do regime, fizeram entrevistas, fotografias, gravações, para um acervo que o tempo, em grande parte, destruiu, pela falta de condições técnicas para armazenamento e descaso de muitos administradores.

O CERES foi responsável por uma das mais competentes antologias da literatura de cordel até hoje lançadas, e de seu levantamento saíram livros como “Cultura Insubmissa” (1982), de Oswald Barroso e Rosemberg Cariry, e “Mãos de Mestre” (1994), de Sylvia Porto Alegre, dentre outros.

O mapeamento contribuiu para sabermos um pouco mais quem somos e se deu no contexto do Governo Geisel, nacionalista, que tinha uma filha, Amália Lucy, interessada nessas questões de folclore e

ligada a projetos deste cunho desenvolvidos pela Funarte. No que se refere ao traçado de políticas culturais, nada ou quase nada foi feito.

A moda cearense, sempre marcada por referências estrangeiras, ganha nos anos 70, a criação da Associação da Indústria de Confecções. O Ceará pretendia ser o segundo pólo nacional de moda e contava com indústrias de porte no campo do vestuário, como a Saronord, Romac, Five Stars, Guararapes e Villejack. Os pequenos se uniram em torno de agências de publicidade (Scala) para terem poder de barganha junto aos veículos nacionais.

Continuava o primado da costureira diarista, que fazia a roupa da família toda (ou quase toda), e as revistas de moldes competiam com a cópia dos vestidos das artistas da televisão, das “dez mais elegantes” das listas dos colunistas sociais e do que estava em exibição nas vitrinas da ABA Film ou do Esdras.

A fotografia ganhou um caráter empresarial no Ceará graças ao caráter empreendedor da família Albuquerque (ABA Film), que chegou, inclusive, a ceder equipamentos e películas para que Benjamim Abraão, árabe, secretário do Padre Cícero, filmasse Lampião e seu bando, documentário do qual restam fragmentos e que teria apodrecido nos porões da ditadura (1937 / 1945) do Estado Novo.

Chico Albuquerque se afirmou como um dos grandes nomes da fotografia brasileira, sendo precioso seu registro dos pescadores do Mucuripe (editado em livro) e valiosa sua contribuição à fotografia publicitária.

Pode-se dizer que atuou como um farol a dar os rumos a uma geração de fotógrafos, nascidos ou atuantes no contexto cearense, que inclui nomes como José e Maurício Albano, Néelson Bezerra, Gentil Barreira, Tavares da Silva, Capirabibe Neto, Arnaldo Fontenele, Gilberto Vale, Tiago Santana, Celso Oliveira, Paulo Harding, Silas de Paula, Jacques Antunes, Sheyla Oliveira, Ricardo Schmitt e Jarbas Oliveira, dentre outros.

Pode-se falar de um movimento intenso, que implicou na premiação do fotojornalismo, na edição de livros de fotografias, na formação de associações (IFoto), e numa contribuição que tira partido da luz para fazer uma escrita com nossa marca.

Cabeto deu a guinada e instalou a idéia de criação, a partir de temporada que cumpriu na Europa. Na volta, instalou um atelier na Aldeota e passou a fazer uma moda que era leve, casual ou não, a partir do linho amassado, dos tecidos naturais e de um jeito de ser e de vestir cearense, que ele estilizava em sua “griffe”. Dona Edméa Mendes e outras pioneiras, modistas, pontificavam nos casamentos, nas festas de quinze anos, mas passou-se a exigir uma moda mais “descolada”, como a que Cabeto passou a fazer, principalmente, depois de uma temporada em Londres.

Depois surgiu Lino Marques, rebatizado Villaventura, paraense que aqui aportou e desenvolveu uma das carreiras mais bem-sucedidas da moda brasileira. Sobrava-lhe estrutura administrativa e gerencial (que faltou a Cabeto) exercida por sua mulher Inês Vieira. Barroco, exagerado, sensual, é impossível ficar indiferente a ele. Experimentando texturas e volumes, dialogando com a história da arte, Lino se supera a

cada coleção e foi objeto de uma dissertação de mestrado na PUC de São Paulo defendida pela jornalista cearense Lígia Góes.

No final dos anos 70 tivemos uma experiência marcada pelo ineditismo: a implantação do marketing cultural, por meio da Caderneta de Poupança Crédimus. A partir de uma casa, em terreno espaçoso, na esquina da Avenida Santos Dumont com Rua Joaquim Nabuco, na Aldeota, foi desenvolvida uma idéia de centro cultural. Nesse espaço funcionava teatro de arena, galeria de arte, eram feitas exposições, shows, exibição de filmes, e se animou a vida cultural da cidade. Importante ressaltar que isso aconteceu muito antes das leis de incentivo ou renúncia fiscal, da exacerbação do marketing, ou da “lavagem de dinheiro” que passa, muitas vezes, pelo mecenato.

Essa experiência marcou o pioneirismo de uma empresa local que precisava se diferenciar da concorrência, em tempos não tão competitivos como o de agora. Pouco antes (1974) o Instituto Brasil-Estados Unidos (IBEU-CE) inaugurava, no centro da cidade (Rua Assunção) um teatro (coordenado por Marcelo Costa) e uma galeria de arte.

O Centro Cultural tirava partido, de certo modo, do deslocamento da vida da cidade para a Aldeota, com a inauguração do Shopping Center Um, em 1974, recorrendo a um jingle que cantava: “Depois que derrubaram / a Coluna da Hora / depois que acabaram / com o Abrigo Central / O centro da cidade / mudou pra outro local”.

O clima de fim da ditadura era reforçado pela luta pela anistia aos presos políticos, que teve a iniciativa das mulheres. Foram muitas reuniões, criou-se um clamor nacional, muitas canções gravadas, e a prometida abertura precisava se dar de fato. Importante se ver a Anistia como o resultado de uma mobilização popular, e não como uma “dádiva” dos militares.

A luta pela Anistia aglutinou setores vários da sociedade civil, como uma frente única que ia de intelectuais a “socialites”, de políticos a estudantes, de lideranças sindicais a artistas e a vitória veio em 1979, menos abrangente e impactante do que se esperava. Trouxe alguns cearenses que estavam no exílio. Outros “desaparecidos” na Guerrilha do Araguaia, como Jana Barroso, Bergson Gurjão, Antonio Teodoro e Custódio Saraiva nunca mais voltariam. Os restos mortais de Frei Tito de Alencar Lima voltaram, em 1983, de Lyon, França, onde ele se suicidou, depois de ter sido barbaramente torturado, em São Paulo, sob comando do delegado Sérgio Fleury. O cearense Dom Hélder Câmara era uma referência internacional, apesar da proibição da citação do seu nome pela mídia brasileira. O bispo de Crateús, Dom Antonio Fragoso se destacou na reação aos desmandos da ditadura e na proteção aos seus fiéis ameaçados. Também merece ser ressaltada a atuação da advogada Vanda Sidou na defesa dos presos políticos cearenses.

O ano de 1979 vai marcar uma experiência importante e bem-sucedida que visava a atualizar a contribuição musical dos que vieram imediatamente antes: a “Massafeira Livre”. Realizada no Theatro José de Alencar, teve shows, exposições, venda de artesanato e performance de Patativa do Assaré. A idéia de dar espaço para novos valores, como Mona Gadelha (pop-roqueira que faz carreira a partir de São Paulo), Lúcio

Ricardo, Marta Lopes, Régis e Rogério, Stélio Vale, dentre outros, esbarrou na vaidade excessiva e no medo de alguns dos já consagrados, apesar da iniciativa partir de Ednardo e Fagner. Depois de uma viagem complicada do grupo que foi gravar no Rio de Janeiro, de troca de acusações, de corpo mole de Fagner à frente da gravadora, finalmente saiu o álbum duplo, com péssima distribuição, o que impediu que a maioria dos novos alcançasse maiores vãos.

No âmbito estadual, o Segundo Veterado (1979 / 1982) não teve a mesma competência do Primeiro, tendo sido responsável pela criação da Secretaria de Comunicação (SECOM), espécie de blindagem que agradava aos profissionais, pela complementação dos salários e aos patrões que podiam negociar apoio ao poder mais clara e escancaradamente. A SECOM seria desmantelada no primeiro governo Tasso Jereissati (1987 / 1990).

A pasta da Cultura foi responsável pela microfilmagem de muitos jornais, valiosos para uma pesquisa séria no campo da História, Comunicação ou Antropologia, por exemplo.

Virgílio Távora foi sucedido por Gonzaga Mota, então Secretário de Planejamento do Estado, e os cargos públicos foram rateados entre os três coronéis (VT, Adauto Bezerra e César Cals), até que a criatura se rebelou contra o criador.

“Totó”, que era o apelido do governador, rompeu com o esquema de sustentação, trocou de partido, apoiou Tancredo Neves nas eleições de 1985 e ajudou a eleger o empresário Tasso Jereissati, em 1986, no apogeu do Plano Cruzado, quando o Presidente José Sarney decretou o congelamento dos preços como tentativa de vencer uma inflação desenfreada.

De 1979 a 1983 o Ceará atravessou uma das piores secas de sua história, considerada por alguns (o Cardeal Aloysio Lorscheider, então arcebispo de Fortaleza) como um genocídio. A seca teve repercussão mundial e, no âmbito local, contribuiu para o inchaço de Fortaleza, tendo a população carente que migrou procurado se instalar nas áreas de risco, aumentando o número de favelas, num processo que tem tido fundas repercussões do ponto de vista social, econômico e cultural.

Anistia, seca, redemocratização, organização dos movimentos sociais tudo contribuiu para uma guinada política que veio com a eleição de Maria Luiza Fontenele, do Partido dos Trabalhadores (formado em 1979), para a Prefeitura de Fortaleza, em 1985.

Do ponto de vista cultural, o impacto foi grande, com o surgimento das rádios comunitárias, organizadas nos bairros periféricos, a partir de cornetas instaladas nos prédios mais altos, como igrejas, sobrados e tocadas pelos movimentos de bairros e favelas, sindicatos, igrejas, grupos de jovens, e organizações não-governamentais.

A expressão “rádio comunitária” que significava a voz dos movimentos sociais que se organizavam perdeu a significação e foi incorporada, mais recentemente, por políticos, empresários e confissões religiosas que viram uma maneira de entrar no ar a baixos custos e com uma imagem favorável construída pelo sentido de luta dos que vieram antes.

As primeiras rádios comunitárias ecoam no discurso irado do “hip-hop”, que tem no rap, no grafite e na dança de rua as formas de expressão de uma rebeldia que não se contém facilmente e que tem um direcionamento político claro e bem definido.

Esse grito, sem maiores consequências, está nas torcidas organizadas dos grandes times (Cearamor, do Ceará Sporting Club, e TUF, do Fortaleza Esporte Clube), gerando o mesmo ruído e nível de agressividade depois dos confrontos entre os times, como se tratassem de rivais em uma luta que deveria ser marcada pelo “fairplay”, ou pela ética no esporte, como diz a FIFA (“Federação Internacional de Futebol Association”).

A vitória de Maria Luiza, incômoda para os grandes grupos econômicos do Estado, gerou uma série de boicotes, provocando acúmulo de lixo nas ruas, falta de dinheiro para tocar obras e juntou-se à dificuldade de ampliação do leque de alianças que lhe dava apoio.

O que não se pode negar é que a ruptura estava aí, com a rejeição de um modelo representado pelas candidaturas de Paes de Andrade (PMDB) e Lúcio Alcântara (PFL). Maria Luiza teve uma propaganda na televisão criada e produzida por um grupo de jovens jornalistas, publicitários e estudantes universitários, que depois ocuparam cargos de destaque em sua Administração Popular.

O campo da Cultura foi gerenciado por Cláudio Pereira, que vinha de uma animação que começou no período autoritário, culminou com prisões, um acidente automobilístico que o deixou paraplégico e foi tocado no dia-a-dia, sem maiores ambições e sem o traçado de uma política cultural que tivesse continuidade por seus sucessores. Estava criada a Fundação Cultural de Fortaleza, a FUNCET, que ganhou e perdeu a companhia do Turismo, ao capricho do prefeito da vez.

A eleição de Tasso Jereissati veio no bojo de uma campanha de valorização do Centro Industrial do Ceará, transformado em fórum, durante o período autoritário. Foram convidadas para participar de debates lideranças que faziam oposição aberta à ditadura militar, como o metalúrgico Luís Inácio da Silva, conhecido por Lula, dentre outros.

Certo que os empresários do CIC (Tasso, Amarílio Macedo, Sérgio Machado, Beni Veras) se “venderam” como opção “mudancista”, e assim o grupo, egresso no PMDB, venceu as eleições e instaurou um ciclo que durou vinte anos no cenário político cearense.

Também faltou a este grupo a consciência da importância de uma política cultural definida e os governos fizeram um zigue-zague entre o pós-beletrismo de Barros Pinho; o obreirismo de Violeta Arraes, que marcou uma cisão com o esquema que se mantinha desde 1966; e a dificuldade administrativa de Augusto Pontes.

Fica difícil avaliar as gestões de Paulo Linhares, Nilton Almeida e Cláudia Leitão, pela falta de distanciamento que se exige de uma análise séria, sem as marcas inevitáveis da leviandade que se corre ao fazer análises ao calor da hora.

O que se pode falar da cultura nesses vinte anos dos empresários no poder é que se deu ênfase à mudança de imagem do Estado. Jangadeiros e rendeiras foram substituídos pela eficácia da máquina administrativa, pela modernidade e eficiência, por novos métodos de tratar a coisa pública.

A imagem do “novo Ceará” foi sendo construída pela mídia local, nacional e internacional. Houve o recurso à terceirização da assessoria de marketing e comunicação, com a contratação da MCI, do cientista político pernambucano Antonio Lavareda.

Com os novos tempos, veio a pesquisa quantitativa, como a reunião de um grupo de pessoas, de diferentes extrações sociais, faixas etárias, gênero, escolaridade, que avaliavam os comerciais e o que iria ser divulgado.

Tentou-se um controle eficiente e os resultados foram promissores, até certo ponto.

A chamada esquerda embarcou na aventura “mudancista”, com o apoio do PCdoB e do Partidão, ficando apenas o PC, que havia lançado como candidato a governador o Padre Haroldo Coelho.

As tensões foram imediatas. Os movimentos sociais não tiveram o espaço que imaginavam ter para reivindicações e para fazer valer seus direitos. A tendência do grupo no poder foi o encastelamento, com o distanciamento da sociedade civil e a gerência da máquina administrativa como se fosse uma empresa, sem levar em conta os aspectos sociais em questão.

Houve investimentos pesados na infra-estrutura, reduziu-se a mortalidade infantil, o ensino continuou problemático e a cultura não teve a atenção devida.

A posse de Barros Pinho parecia (e foi) uma transição, até o convite formulado a Violeta Arraes, cearense de Araripe, exilada em Paris, onde foi amiga e anfitriã de artistas, intelectuais e políticos desterrados pela ditadura.

Dona Violeta não tinha maiores vínculos com os produtores culturais cearenses, o que criava uma imaginária (nem sempre) trava na porta de seu gabinete, no Palácio da Abolição. O restauro do Theatro José de Alencar foi sua grande realização palpável ou visível.

Um desdobramento de sua gestão, já no período do seu sucessor, Augusto Pontes, no governo Ciro Gomes, foi a encenação da ópera Dom Giovanni, de Mozart, que rendeu muitos comentários à época, pelos custos envolvidos e pelo que fora prometido (formação de músicos, carpinteiros, iluminadores, aderecistas, cenógrafos) e nunca cumprido. A ópera foi um capricho de gestora, uma experiência “fora de lugar”, sem sintonia com a cultura cearense, não tendo funcionado nem como trabalho de “herói (ou heroína) civilizador (a)”, como dizem os antropólogos. Com direção de Bia Lessa, “Dom Giovanni” não teve desdobramentos, reflexos em nossas práticas, não gerou discussões, apenas serviu como caricatura nos jornais do sudeste, tendo a “Folha de São Paulo” publicado a foto de um bode com crachá, com a logomarca da produção.

Os efeitos da “venda” da imagem de um Estado moderno e bem administrado, ainda que sem

sensibilidade para as questões sociais, gerou equipamentos como o “Beach Park” e o loteamento “Porto das Dunas”, construídos graças à expulsão dos pescadores que habitavam a disputada faixa de praia; gerou shoppings (o Iguatemi, do grupo econômico do governador, fora inaugurado em 1982 e passou por sucessivas ampliações); torres (a verticalização de Fortaleza assusta); franquias (temos tudo o que têm os grandes centros) e as elites têm a impressão de viver em uma cidade de sonhos, apagando a exclusão social da maior parte da capital.

A segregação social fica do outro lado da cidade (oeste e sul), com favelas, áreas degradadas ocupadas, desemprego, violência, baixíssimos indicadores sociais, tudo o que a propaganda governamental fez sempre questão de colocar debaixo do tapete.

Nesse ínterim, investiu-se no turismo (predador e sexual), e houve a revitalização de suas manifestações que foram devidamente repaginadas para entrar no gosto do consumo de massa: o humor cearense e o forró eletrônico.

A construção do humor, que pode parecer estereotipada, pode ser rastreada do ponto de vista histórico. Passa pela Padaria Espiritual, por episódios curiosos como a vaia ao sol, o cão da Itaoca, as Coca-Colas. Não podem ser esquecidas as anedotas de Quintino Cunha; a relação da cidade com seus excêntricos; o Abrigo Central (Praça do Ferreira), como ponto onde se falava mal da vida alheia. Tudo isso embalado pelas canções de Ramos Cotôco, encenadas pelo teatro de Carlos Câmara e que chegou à televisão por meio de Chico Anysio, que não fez carreira aqui, ou do “Vídeo Alegre”, que revelou Renato Aragão, ou “Dois na Berlinda”, que deu destaque a Marcos Miranda (Praxedinho) e a Maria Luiza (Anicetinha).

Esse humor na mídia foi responsável pela idéia de um lugar de gente feliz, que sorri e brinca com a própria miséria.

Mais recentemente, houve uma explosão dessa manifestação, graças ao aparecimento de Falcão, da dupla Meirinha / Rossicléa, no que foram acompanhados por Skoslástica, Zé Modesto, Lailtinho Brega, consolidando o humor nas churrascarias, pizzarias e teatros, fazendo um tipo de espetáculo para turista ver, brincando com a idade de onde vinham, os maiores contingentes e apelando para o baixo corporal, num texto pouco refinado e sutil, como diria o teórico Mikhail Bakhtin.

Mas o povo gosta, lota as casas de espetáculo e gera sub-produtos como cd’s, livros, programas de rádio (esquetes, pegadinhas, piadas), camisetas e gera bordões, tendo eles chegado, por intermédio de Tom Cavalcante, à televisão nacional (Rede Record).

A TV Diário faz do humor um carro-chefe, como incursões de muitos humoristas, a adoção de um sotaque e de expressões “cearenses” como diferencial de uma televisão bem enquadrada, apenas mais um símile da Globo.

Tenta-se vender a idéia de Fortaleza ser a “capital do riso”, como se todo cearense tivesse a obrigação de dizer ou fazer graça. Nosso riso pode ser nervoso, uma forma histriônica de dizer não, de dar um basta ao que está aí. A irreverência, longe de significar um conformismo ou uma aprovação ao que está

posto, representa uma saída criativa para a crise ou uma alternativa aparentemente não violenta para reagir a outras agressões.

A Indústria Cultural cearense atinge sua maturidade com o forró eletrônico, movimento surgido no final dos anos 80 ou início dos anos 90.

As formações tradicionais, com sanfona, triângulo e zabumba foram sendo substituídas por um equipamento pesado que faz a pancadaria, por vocalistas esganiçados (as), dançarinos e dançarinas, efeitos de luzes, laser, néon, gelo seco, toda uma parafernália eletrônica que amplifica o que as pessoas querem dançar.

Esse negócio do forró assumiu ares empresariais. Uma das primeiras bandas a se destacar foi a “Mastruz com Leite”, do empresário Emanuel Gurgel. A proposta inicial foi da “linha de montagem”, o empresário contratava um grupo de músicos e a banda não tinha cara, sendo formada pelos que estavam à mão, pelos que estavam disponíveis.

Com as bandas surgiram casas de forró, revistas, uma moda especial e a gravadora Somzoom, responsável pelo lançamento dos discos e depois cd's. A gravadora trouxe uma emissora de rádio, transmitindo via satélite e sendo captada em todo o país. O sucesso foi estrondoso.

Inegável que o negócio assumiu grandes proporções. Ampliou-se o mercado. As bandas passaram a ser contratadas para festas de municípios, micaretas (carnavais fora de época), festas de padroeiros (as).

Houve uma inegável perda da qualidade poética das letras e uma diluição melódica. Optou-se pela apropriação da lambada, do vaneirão gaúcho, da versão forró de músicas estrangeiras. Os saudosistas lamentavam a perda de Luiz Gonzaga (1989).

Esquecem, entretanto, que o “rei do baião” sofreu discriminações quando fez sua síntese musical, com a ajuda de seus parceiros principais, Humberto Teixeira e Zé Dantas. Gonzagão foi acusado de deturpar a música de raiz, de se assumir a autoria de criações anônimas ou de domínio público. Nem tudo foram flores na carreira de Luiz Gonzaga. Hoje a gente esquece tudo isso (“O sertão em movimento”, Sulamita Vieira, São Paulo, Annablume, 2000), mas Luiz Gonzaga nem sempre foi unanimidade. Além das restrições do início, quando surgiu com roupa de vaqueiro e chapéu de cangaceiro, foi rejeitado, depois do golpe de 1964, por suas posições conservadoras e de apoio aos militares.

Pode-se recusar a fruição do forró eletrônico, mas nunca negar sua importância como opção ao lixo da música estrangeira que o rádio toca, ao mercado que ele abriu para os músicos, à opção de lazer para os de renda mais baixa e à reciclagem ou fusão de ritmos, levadas e sons que ele faz.

Esse contexto que viu a explosão do humor cearense e do forró eletrônico foi marcado pela importância dada aos centros culturais, como se não fosse possível fazer teatro nas ruas, música nos fundos de quintal, exposições nos varais, exibição de filmes e vídeos nos telões.

Parece que a construção de espaços monumentais, de difícil conservação, passou a ser mais importante que o desenvolvimento de uma programação coerente e permanente.

A transformação de exposições em eventos massivos, que significa que a melhor mostra foi a mais visitada é outro equívoco sem tamanho, nesses tempos de cultura de agora. Falta às instituições uma política de formação de acervos ou uma atualização dos acervos, no caso daquelas que investiram na aquisição de obras. A falta de conselhos curadores leva a doações equivocadas, a exposições programadas à revelia dos dirigentes ou conservadores desses centros (por questões políticas ou de compadrio) ou à falta de continuidade de propostas convincentes.

No que se refere à memória, temos quatro cidades tombadas pelo IPHAN: Aracati, Icó, Sobral e Viçosa do Ceará, além dos monólitos de Quixadá. A sanha modernizadora de Fortaleza poupou pouca coisa. É como se nos envergonhássemos de um passado sem fausto. Mesmo a contribuição da Faculdade de Arquitetura foi, em grande parte, arrasada, para a construção de torres e temos pouco do que teria sido ou do que seja “a casa cearense”.

O “boom” do ensino superior privado não levou à formação de públicos consumidores ou fruidores dos produtos culturais gerados aqui. A novidade são os cursos de artes plásticas, em nível superior, ministrados pelo CEFET e pelas Faculdades Integradas da Grande Fortaleza. Ainda neste campo, perdemos Leonilson, em 1993, ganhamos Efrain de Almeida, e a onda das instalações que instauram uma pós-modernidade tardia e de uma experimentação que muitas vezes já foi feita antes e com melhores resultados.

A cena cearense apresenta uma diversidade que vai do “Cidadão Instigado”, queridinho da mídia e das platéias do sudeste à banda “Dona Zefinha”, que recuperou a sonoridade da rabeca; da performática Karine Alexandrino ao cantor andrógino da banda “Montage”; do telúrico “Dr. Raiz” ao animado “Cordão do Caroá”.

O teatro, revigorado pela Escola de Direção Teatral do Dragão do Mar, perdeu Artur Guedes e ganhou Emmanuel Nogueira, Marcos Barbosa, Rafael Martins e Yuri Yamamoto, além das performances de Pablo Assumpção e do Grupo Balbucio, coordenado pelo professor Wellington Jr. Gero Camilo, como Aderbal Freire-Filho, Emiliano Queiroz e outros vivem a síndrome do “Carneiro”, a canção de Augusto Pontes e Ednardo que fala de nossa expectativa pelo sucesso e pelo consumo do que foi legitimado pelos grandes centros.

Viveu-se a ilusão do Ceará vir a ser um pólo de cinema, mas ficou a semente de Rosemberg Cariry, Volnei Oliveira e Karin Aïnouz, dentre outros. O documentário (Márcio Câmara, Petrus Cariry, Alexandre Veras, Ruy Vasconcelos, Joe Pimentel) se apresenta como uma possibilidade para os novos talentos, para quem a estréia em filme é ainda uma miragem (também pelos altos custos).

A criação do Colégio de Dança injetou alma na atividade, que ainda consegue manter uma Bienal e recebe a visita de grupos e coreógrafos de fora, além de termos exportado Cláudio Bernardo e de termos ganho de volta Flávio Sampaio que desenvolve um trabalho promissor e generoso de formação de

bailarinos na cidade litorânea de Paracuru.

A literatura descobre o espaço virtual e, diante dos altos custos da edição, “publiciza-se” o texto, também na forma de “blogs”, “torpedos”, e “spams”. Uma nova literatura cearense se destaca com Pedro Salgueiro, Tércia Montenegro, Jorge Piero, Cláudio Portella, Manoel Ricardo e Natércia Pontes, dentre outros, sendo que a publicação se faz, basicamente, por meio da política dos editais (Secult, BNB, Petrobrás).

Enquanto isso o jornalismo cultural tenta se adaptar aos novos tempos e às novas mídias, disputando espaço com a Internet e perdendo instantaneidade, mas ganhando a possibilidade de uma cobertura mais densa e mais interpretativa (ou opinativa).

Teoricamente, busca-se o contemporâneo, como algo que se compra nos “free-shops” culturais. Esquece-se que o novo só se faz a partir da tradição. E assim, entre tensões e crises, a cultura no Ceará tenta-se achar, o que não é fácil, a não ser que se aposte na diversidade, na multiplicidade (polifonia) de vozes e na cobrança efetiva de investimentos por parte do poder público, que não pode jogar tudo para a renúncia fiscal ou para o mecenato, que privilegia, via de regra, o que dá mídia, em detrimento do tradicional ou do experimental.